

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

JULIANA DOS SANTOS

A POLIDEZ INDICIANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO *ACHAR*.

VITÓRIA
2010

JULIANA DOS SANTOS

A POLIDEZ INDICIANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO *ACHAR*.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA
2010

JULIANA DOS SANTOS

A POLIDEZ INDICIANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO *ACHAR*.

Este trabalho foi julgado pela banca abaixo assinalada para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo.

Coordenador: Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues Meireles

Banca Examinadora:

Profª Drª Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES - Presidente)

Prof. Dr. Mário Eduardo Martelotta (UFRJ - Membro)

Profª Drª Marília Blundi Onofre (UFSCar - Suplente)

Profª Drª Maria da Penha Pereira Lins (UFES - Membro)

Profª Drª Hilda de Oliveira Olympio (UFES - Suplente)

AGRADECIMENTOS

Como não começar agradecendo a Deus? Por Ele tudo acontece e eu não sei o que seria da minha trajetória sem Ele. Obrigada, paizinho, pela força e cuidado comigo.

À Professora Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por ter me feito aprender a estudar e pesquisar.

A sempre presente Penha Lins, todo meu respeito e carinho.

Ao Professor Mário Eduardo Martelotta, pelas poucas horas de conversas informais que deram direção a este trabalho.

Aos professores Hilda Olympio, Lylian Yacovenco, Aucione Smarsaro, Luciano Vidon; Paulo Sodré e Elisabeth Cunha que não foram professores do mestrado, mas da vida.

À professora Carmelita Minélio que esteve comigo no 1º período da graduação e termina essa fase ao meu lado.

A minha mãe, que mesmo sem entender tanta coisa, me apoiou sempre para alcançar meus objetivos.

Ao Lucas. Meu filho, quanto tempo de estudo e você querendo fazer tantas coisas. Não posso prometer que acaba por aqui, mas quero que você siga meus passos. Só assim você entenderá a vida acadêmica.

A Gilson Tassinari por me apoiar, incentivar e ouvir falar sobre este assunto e muitos outros da minha vida. Sua paciência e companheirismo me estimulam muito.

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinha: André, Lene e Maria Alice; Nega e Dja, Nininha e Cida; quantas vezes vocês ouviram: não posso, estou estudando. Vocês sabem que para mim esta é apenas uma fase. Quem diria!!! Mas, eu quero mais.

Aos amigos da faculdade, mas especialmente a Elaine, Luana e Luciana, companheiras de estudo, risadas e até brigas. Missão dada é missão cumprida!

À Gabriela Menezes que é uma amiga para toda vida e uma incentivadora sem igual.

À Pauline, sem sua ajuda eu não conseguiria quase nada em inglês.

A todos, com muito amor.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a multifuncionalidade do verbo *achar*, sob uma perspectiva sincrônica e para tanto testamos essa hipótese no *corpus* do Português Falado na cidade de Vitória (PORTVIX). Neste trabalho, tomamos como ponto de partida os estudos funcionalistas que discutem, dentre outras coisas, a mudança semântica de itens lexicais como sendo um processo de gramaticalização. Nosso olhar toma por base os estudos de Traugott e Dasher (2005) que versam sobre o processo de gramaticalização, apontando o conceito de subjetividade dentro desta perspectiva. Isso se deu por observarmos que o falante ao fazer uso do verbo *achar* expressa sua individualidade, coloca sua opinião no discurso e, também, convida o interlocutor a assumir com ele sua visão. Acreditamos que o verbo *achar* é uma expressão de polidez e, de acordo com o *corpus*, muito mais utilizada por falantes com curso superior. A hipótese é a de que isso ocorre por haver a necessidade de preservação de face, isto é, por muitas vezes afastar-se de um comprometimento com suas declarações ou ainda não prejudicar a própria imagem ou a do interlocutor. Este trabalho se justifica na medida em que ao seu término teremos um estudo sobre a multifuncionalidade do verbo *achar* no PORTVIX.

Palavras-chave: *polidez, preservação de face, gramaticalização, subjetividade, verbo achar.*

ABSTRACT

This study aims to analyze multifunctionality find the verb to find, as a perspective for both synchronous and tested this hypothesis in the *corpus* of Portuguese spoken in the city of Vitoria (PORTVIX). In this study, we take as a starting point the multifunctionality studies that discuss the semantic change of lexical items that's a process of grammaticalization. Our look builds on the studies of Traugott and Dasher (2005) that deal with the process of grammaticalization, pointing the concept of subjectivity within this perspective. It was in observing the speaker to make use of the verb find express their individuality, expressing his opinion in speech, and also invites the recipient to take with him his vision. We find that the verb is an expression of politeness and, according to the *corpus*, much used by graduated ones. Perhaps it should be made for having the need of preservation of the face, that is, often away from a commitment to their statements or not to harm the image of itself neither the speaker. This work is justified to the extent that at the end of this, we will have a multifunctional display of the verb to think in PORTVIX.

Keywords: *politeness, preservation of face, grammaticalization, subjectivity, verb to find.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. REVISÃO DA LITERATURA	12
1.1 O verbo <i>achar</i> em Dicionários e em Gramáticas	12
1.2 Sobre a conjunção integrante <i>que</i>	15
1.3 A conjunção <i>que</i> em abordagens linguísticas não funcionalistas	19
1.4 Alguns trabalhos sobre o verbo <i>achar</i> no Brasil	20
1.5 Correntes teóricas	24
1.5.1 Alguns conceitos da corrente funcionalista	24
1.5.1.1 Gramaticalização	26
1.5.1.2 Linguística baseada no uso	27
1.5.2 Atos de linguagem, Polidez e Subjetividade	33
1.5.2.1 Sobre os atos de fala	33
1.5.2.2 O conceito de face segundo Goffman	34
1.5.2.3 Polidez	35
1.5.2.4 Subjetividade segundo Traugott e Dasher	37
1.5.2.5 Subjetividade e o processo de gramaticalização	42
1.5.2.6 Sobre a gramaticalização do verbo <i>achar</i>	42
2. METODOLOGIA	44
3. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	46
3.1 Célula 40 - Homem ente 26-49 anos – com curso superior	46
3.2 Célula 42 – Mulher entre 26-49 anos – com curso superior	54
3.3 Célula 43 - Homem com + 50 anos – com curso superior	58
3.4 Célula 46 - Mulher com +50 anos – com curso superior	64
3.5 Constatações das análises	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do princípio de que a língua é dinâmica e do pressuposto de que toda gramática tem de se refazer a todo momento. Nessa perspectiva, o ato comunicativo é o lugar de interação e nele os sujeitos expressam-se e colocam-se no discurso a fim de marcar sua individualidade. Na interação, falante e ouvinte constroem os significados dos itens lexicais e estes, diacrônica e sincronicamente, podem ganhar novos sentidos que são negociados pelos envolvidos no processo da comunicação. Essa mudança semântica tem sido discutida sob o prisma da gramaticalização.

O fenômeno da gramaticalização caracteriza-se pela mudança na qual itens lexicais tornam-se gramaticais e os gramaticais tornam-se ainda mais gramaticais. Um outro aspecto deste processo de mudança é a alta frequência de um item que tende a se fixar em um determinado contexto que antes não poderia existir e torna-se completamente esvaziado do seu sentido prototípico.

Os linguistas funcionalistas norte-americanos asseguram que um item não precisa sair do campo do léxico para a gramática para confirmar a gramaticalização, pois num *continuum* de mudança ele pode passar por estágios que já indicam o fenômeno. O fato de não atingir o princípio da decategorização, que será explicado ao longo deste trabalho, não invalida a gramaticalização, mas ocorre o deslizamento semântico. Caso haja mudança semântica, podemos falar em um *continuum* de gramaticalização.

Nesta pesquisa, investigamos a mudança sincrônica do verbo *achar* e testamos essa hipótese no *corpus* do Português Falado na Cidade de Vitória, doravante denominado PORTVIX.

O Funcionalismo marcou muito fortemente as análises das línguas particulares, especialmente por ter, de certa forma, legitimado as considerações de ordem discursiva dentro dos estudos gramaticais. O verbo *achar* será analisado, neste trabalho, a partir de diferentes situações de comunicação real, produzida em ato de interação, e organizada, segundo mecanismos capazes de marcar a relatividade da relevância dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso.

O "dinamismo comunicativo" com que já a Escola de Praga revestiu as sequências formais assentou a não-biunivocidade entre formas e funções, e conferiu à análise gramatical dos enunciados reais de qualquer língua uma dimensão discursiva determinante: regras e princípios devem ser explicados em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de uso das expressões.

Diversos trabalhos, como os de Bybee (1984; 2003; 2006), concluem que a frequência de uso de uma dada construção tem um papel fundamental no processo de gramaticalização. Bybee (2003) reconhece na gramaticalização o papel crucial da repetição e caracteriza-a como um processo pelo qual uma sequência de palavras ou de morfemas usada frequentemente torna-se mais automatizada como uma unidade de processamento único.

Neste trabalho, tomamos como ponto de partida os estudos funcionalistas que discutem a mudança semântica de itens lexicais, que é um processo de gramaticalização. Entretanto, nosso olhar toma por base os estudos de Traugott e Dasher (2005), que versam sobre o processo de gramaticalização, apontando o conceito de subjetividade dentro desta perspectiva. Isso se deu por observarmos que o falante, ao fazer uso do verbo *achar*, expressa sua individualidade, coloca sua opinião no discurso e, também, convida o interlocutor a assumir com ele sua visão.

Para a realização da análise pretendida, alguns objetivos se impuseram tendo em vista a delimitação das ideias, pois poderíamos discutir a gramaticalização a partir dos princípios desenvolvidos por Hopper e Traugott (1993), Heine (2006) ou ainda por Bybee (2006). Embora esses trabalhos tenham contribuído para a sustentação da nossa proposição, optamos por trabalhar o tema sob a perspectiva da subjetividade (TRAUGOTT E DASHER, 2005) por ser esta proposta ainda pouco discutida nos estudos de gramaticalização do português do Brasil.

O objetivo geral é

- analisar a gramaticalização do verbo *achar* sob o ponto de vista da subjetivação e intersubjetivação e os específicos são:
 - (I) fazer um levantamento sobre os processos de gramaticalização do verbo *achar*;

- (II) analisar o comportamento do verbo *achar* nas células do Português Falado na Cidade de Vitória;
- (III) estabelecer relações entre as noções de subjetividade e intersubjetividade no uso do verbo e os deslizamentos funcionais observados nas diferentes ocorrências.

Partimos da hipótese de que, no *corpus* do PORTVIX, o verbo *achar* deixa seu sentido pleno e passa a assumir novos comportamentos de acordo com a necessidade comunicativa e de expressão dos falantes, como ocorre nos demais *corpora* já analisados. Vale ressaltar que o verbo *achar* também funciona como marcador de opinião e como marcador de dúvida e que, nesses casos, o falante parece valer-se de dados contextuais, convidando seu ouvinte a atribuir ao enunciado um valor diferente do seu sentido literal.

Este trabalho se justifica na medida em que ao seu término teremos um estudo sobre a multifuncionalidade do verbo *achar* no PORTVIX. Destacamos a importância deste feito, uma vez que quase não há trabalhos com o *corpus* escolhido e também não há ainda um trabalho sobre gramaticalização deste verbo ou de outro elemento dentro da fala capixaba, como já acontece em outras regiões do Brasil. A língua falada carece de estudos e nossa pesquisa tem como intuito assegurar as regularidades desta modalidade. Pretendemos, assim, destacar que o estudo da gramaticalização oferece um novo olhar sob a língua.

Na introdução está o tema do trabalho bem como a delimitação do *corpus* e os objetivos a serem seguidos.

No primeiro capítulo deste trabalho, expressamos a preocupação em fazer uma revisão da literatura, com vistas a relatar as abordagens de cunho mais tradicional e linguística do verbo *achar* e, também, discutimos o uso da conjunção *que*, uma vez que ela mostrou-se bastante recorrente na estrutura com o verbo *achar*.

O segundo capítulo faz referência a alguns trabalhos sobre o verbo *achar*, buscando a abordagem de cada um deles. Em seguida, expomos as correntes teóricas que ancoram este estudo sustentando a análise do *corpus* selecionado.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia que se adotou para a realização da pesquisa, bem como os procedimentos tomados.

No quarto capítulo, analisamos o *corpus* à luz do referencial teórico e registramos algumas importantes considerações no quinto capítulo.

Inicialmente, este trabalho seria uma investigação linguística acadêmica, porém observou-se que poderá trazer algumas elucidações para o ensino de Língua Portuguesa, facilitando o entendimento da dinâmica da língua, apresentando também indícios dos porquês de não se usar a estrutura “*eu acho*” em redações de concursos, por exemplo. Uma vez que nesses eventos comunicativos, espera-se que não haja expressão da individualidade, da subjetividade.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 O verbo *achar* em Dicionários e em Gramáticas

Interessou-nos investigar que acepções do verbo *achar* foram registradas nos dicionários, uma vez que muitos deles transcrevem frases que retratam o uso da palavra. Para tanto, valemo-nos tanto de dicionários indicados aos consulentes comuns, quanto daqueles dicionários destinados aos especialistas (alunos do Curso de Letras – graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*; professores de Língua Portuguesa; jornalistas; pedagogos; bem como outros profissionais da área).

Geralmente, os dicionários registram como primeira acepção de cada verbete aquela que guarda o valor mais prototípico, no caso do verbo *achar*: *tentar encontrar, procurar* (BORBA, 2002); *encontrar por acaso ou procurando* (FERNANDES, 2003; FERREIRA, 2004); *encontrar por ter procurado ou por acaso, deparar com, topar* (HOUAISS, 2001); *encontrar por acaso ou como resultado de procura, descobrir, deparar-se com* (LUFT, 1993). Como atestam os registros, há bastante semelhança entre as definições consignadas por esses autores.

Passamos, então, a analisar como cada dicionarista registrou o verbete *achar*, com suas entradas e como organizou as acepções e abonações.

Entre as acepções do verbo *achar* consignadas por Borba (2002, p. 18), a terceira trata como *supor, calcular, presumir*, quando há no complemento uma oração, como segue: “Acho que Nossa Senhora já me perdoou”. Já a quarta acepção se refere a *considerar, reputar, qualificar* e, neste caso, há complemento com nome ou oração (+predicativo): “Achamos que o setor agropecuário e biológico tem grande importância” e “Acho simpático e educado quando Jimmy me pergunta se deve agir deste ou daquele modo”.

Fernandes (2003) diz que se o verbo for transitivo equivalerá a *julgar, supor*, como em: “Achei que era possível derivá-la do árabe”. O autor propõe uma nova acepção para transitivos predicativos, equivalendo a *julgar, considerar*, com o exemplo: “Eles achavam imoral a pasmaceira no locutório”.

Ferreira (2004), ao consignar o verbete *achar*, o faz de maneira bem semelhante à de Fernandes (2003), inclusive na ordem das acepções, porém valendo-se de outros exemplos. Para o autor, quando o verbo for transitivo direto terá o valor de *considerar*, *julgar*, *supor*: “Acho que sua presença era indesejada”. E, em nova acepção, classifica o verbo como *transobjetivo* quando tem valor de *julgar*, *considerar*: “Ptolomeu achou o raciocínio exato”. Podemos observar que a diferença entre as duas acepções se faz apenas por ter um complemento ora oracional, ora não.

O Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa (2001) assinala a seguinte etimologia do verbo *achar*: “do latim *soprar sobre*, *assoprar*, *exalar*, *derramar-se*, *espalhar-se*, *transpirar*, *soprar*; por se tratar de termo usado em caça, o vocábulo adquiriu a acepção *sentir pelo olfato*, *ou farejar a pista da caça*, o que explica a acepção *descobrir*, *achar (a caça)*, *encontrar*” (grifo nosso).

Na sexta acepção de Houaiss (2001), o verbo *achar* está consignado como transitivo direto (predicativo), com a acepção: “*ter impressão ou opinião subjetiva*; *crer*, *pensar*, *considerar*”. Como atesta o segundo exemplo arrolado pelo próprio Houaiss (2001), a ocorrência do predicativo é possível: “Acha que vai chover”; “Achamos isso provável”. E, na sétima acepção, trata de verbos transitivos diretos predicativos, com o seguinte significado: “*ter determinado pensamento ou avaliação acerca de*; *julgar (-se)*, *considerar (-se)*, *reputar (-se)*”, abonando com o seguinte exemplo: “Acham-no louco”. A diferença entre esses dois registros parece estar no fato de que a sexta acepção aponta o predicativo como possibilidade, ao passo que na sétima o predicativo ocorre obrigatoriamente.

A oitava acepção se refere à natureza intransitiva do verbo *achar* que tem valor de *afirmar por um ato de julgamento voluntário*, *julgar*, como em: “A experiência pura do conhecimento seria irreduzível a modelos explicativos, como achava Richard Avenarius?”.

Luft (1993) separa as acepções levando em conta a predicação do verbo, critério de registro justificável pela natureza do dicionário. Quando se refere ao valor de: *supor (-se)*; *imaginar (-se)*; como em: “Acho que ele virá amanhã” e “Acho que ele vai concordar”, o verbo é considerado transitivo direto pronominal predicativo. Da mesma

forma, quando assume o sentido de: *considerar (-se)*; *julgar (-se)*; *reputar (-se)*: “Acho-o um gênio”. Já quando se trata de transitivo direto: *achar que...*; *achar + infinitivo* ou transitivo direto predicativo: *achá-lo + predicativo*, o verbo é considerado transitivo direto.

Pode-se notar que há uma concordância entre as descrições apresentadas nos dicionários quanto à separação das acepções.

Uma contribuição de grande relevância para a pesquisa está no Dicionário Eletrônico por tratar de subjetividade e avaliação acerca de algo, pois isso confirma as hipóteses de nosso trabalho quanto à seleção que o falante faz e por quais motivações acontece a escolha de um verbo num determinado enunciado.

Vale ressaltar que essas acepções consignadas nos dicionários pesquisados foram constatadas nos *corpora* já analisados e que aqui serão expostos, indiciando a mudança de função do verbo, apontando para a gramaticalização.

Além da pesquisa feita nos dicionários, buscamos o tratamento do verbo *achar* em outros estudos. No trabalho de Mira Mateus *et al.* (2004), encontramos observações que muito enriqueceram nossas conjecturas e que também auxiliaram no encaminhamento de nosso trabalho, tais como as de Faria e de Oliveira.

Faria (2004, p. 75) trata o verbo *achar* sob a perspectiva dos atos ilocutórios, que podem ser assertivos quando o “objectivo é relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional do enunciado”. Essa asserção traduz a “posição que o locutor tem em relação ao universo em referência e do tipo de controlo que com ele mantém”.

O verbo *achar* se enquadra na base de expressões modalizadoras de verbos criadores de universo de referência: *achar possível*, *achar necessário*. Esses são casos de atos ilocutórios assertivos diretos.

A autora, no mesmo capítulo, discute a questão da modalidade e afirma que

as modalidades estão directamente dependentes do estatuto do sujeito enquanto locutor, estatuto esse que revela o maior ou menor poder de declarar, ou o maior e o menor grau de controlo sobre a interpretação do alocutário no que toca ao conteúdo proposicional do enunciado proferido (FARIA, 2004, p. 80).

A partir dessa afirmação, pode-se reforçar a questão da subjetividade como um processo de modalização que será um caminho seguido neste trabalho.

É interessante observar, também, que ao fazer uso do modalizador, o falante tem uma verdade que é expressa na oração subordinada e com a qual ele parece não querer se comprometer diretamente. A este respeito pesquisaremos a teoria da polidez e, conseqüentemente, a preservação de face.

Tratando de *modalidade* e *modo*, Oliveira (2004) considera que modalidades epistêmicas estão relacionadas com conhecimento e crença. Em sua opinião, “podemos considerar que a *modalidade* é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (p. 245).

Em nota, na página 248, a autora diz que “a modalidade epistêmica está relacionada com o domínio de incerteza, de probabilidade”. Para este caso, a linguista trabalha com os verbos *poder*, *dever* e *ter de*. Uma das vertentes desta pesquisa é observar se também há incerteza quando o falante usa o verbo *achar*.

O trabalho de Oliveira (2004) nos indica que a gramaticalização é um processo que envolve a subjetividade e resulta na modalidade, o que deve ser definido, também, em nossa pesquisa.

Neste trabalho, buscamos observar a subjetividade que gera a modalidade que deverá ser comprovada no *corpus* em questão.

1.2 Sobre a conjunção integrante *que*

Verificamos que o verbo *achar* parece compor uma estrutura que, quase obrigatoriamente, exige a conjunção *que*, como se fosse algo indissociável. Partimos,

então, para o enquadramento dessa palavra, que se comporta, no *corpus* analisado, como uma conjunção integrante.

No Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o dicionarista trata o termo como: pronome, conjunção, interjeição e advérbio. Interessa-nos sua aplicação como conjunção integrante, pois diz que

confere à oração subordinada as funções próprias do substantivo (p.ex., 'fique bem claro' que é *sujeito* na frase: *é necessário que fique bem claro*; 'tinha de tomar a vacina' que é *objeto direto* na frase: *sabia que tinha de tomar a vacina*; 'chegou mais cedo' que é *objeto indireto* na frase: *entregou as entradas ao que chegou mais cedo* etc.) (HOUAISS, 2001, grifos do autor).

Dentre as funções expostas, a mais recorrente é a função de objeto direto (oracional) como em construções do tipo: *Acho que ele virá*.

Borba (2002) registra três entradas para o termo *que*. A primeira como pronome relativo, a segunda como conjunção subordinativa integrante e a terceira como abstrato de estado. Interessa-nos a segunda entrada e a primeira acepção, que:

Introduz uma oração que expressa um fato certo ou real e funciona como sujeito ou como complemento da principal: *Mas convém que o senhor tire a dúvida, aproveite para descansar o corpo; retomo o Diário, na esperança de que Carlos não venha me interromper* (BORBA, 2002, p. 1302, grifos do autor).

No primeiro exemplo, *o senhor tire a dúvida* é o sujeito da oração. Já no segundo, *Carlos não venha me interromper* é o complemento nominal do termo *esperança*.

Ferreira (2004) apresenta doze acepções para o elemento *que*. Inicialmente, classifica-o como pronome interrogativo e relativo, passando por advérbio, preposição, conjunção coordenativa e subordinativa, chegando à partícula expletiva. A acepção que trata a conjunção integrante não define ou esclarece o uso ou qualquer função da palavra. Há apenas a classificação, que foi exemplificada a partir de um cânone da literatura brasileira, Castro Alves, no verso "*Tu dizes que menti?*".

Constatamos que o dicionário de Ferreira não elucida a colocação da palavra. Pode-se dizer que tanto Houaiss (2001) quanto Borba (2002), além de definirem o termo, expõem exemplos do cotidiano, que funcionam como uma espécie de gramática para o consulente, tornando o estudo mais proveitoso, esclarecedor e eficaz.

Dada a consulta aos dicionários em que pudemos analisar as várias acepções ali consignadas, bem como a categorização da palavra e suas abonações, faz-se necessário observar como alguns gramáticos de língua portuguesa abordaram a conjunção *que* no que se refere, também, a sua categorização, seus aspectos semânticos e sua definição.

Almeida (2005), na divisão das conjunções, assegura que as conjunções integrantes são as subordinativas *que* e *se*, quando iniciam orações subordinadas substantivas. O autor, quando fala sobre tempos e modos verbais, diz que se usa o subjuntivo “nas relativas que denotarem incerteza, mera probabilidade, conjuntura” (ALMEIRA, 2005, p. 564) As orações arroladas são, em sua maioria, introduzidas pelo *que*, tais como: “Quero um livro que CONTENHA ilustrações ou Não há prazer que sempre DURE” (grifos do autor).

Em nota, o gramático diz que se a ideia é de certeza, de fato real, o modo é indicativo, como: Quero premiar os que *sabem* essa lição.

Cunha e Cintra (2007, p. 603), dissertando sobre as conjunções integrantes, as definem da seguinte maneira: “servem para introduzir uma oração que funciona como sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal ou aposto de uma outra oração. São as conjunções *que* e *se*”. Os gramáticos ainda asseguram que se o verbo exprime uma certeza, usa-se *que*. Se exprime incerteza, usa-se *se*.

Curiosamente, os autores discutem os “valores e empregos dos relativos” e afirmam que “por vezes, o antecedente do *que* não vem expresso”. (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 361) Tal como: “Esta frase doeu-me muito, e não *achei logo que* lhe replicasse” (grifo nosso). A frase machadiana, que serve para abonar o uso, aqui destacada, tem uma estrutura que parece funcionar como um bloco e os gramáticos pareceram não atentar para esse uso da estrutura. Talvez, por isso, defendam a ausência de antecedente para o pronome. Contudo, esse exemplo nos leva ao fato de este bloco aceitar a inserção de um

item, indicando que apesar de parecer indissociável, como já foi dito, a estrutura poderá ter alguns elementos agregados sem que o sentido global seja desfeito.

Rocha Lima (2003) concorda com Cunha e Cintra quanto à classificação do *que* como conjunção integrante e é ainda mais sucinto: “QUE (para afirmação certa) e SE (para incerta)”. Os exemplos são: “Percebi [que alguém entrou na sala]. Não vi [se os alunos já chegaram]”.

O gramático atribui várias funções ao pronome relativo *que*. Uma das funções é na “expressão idiomática – *é que* – temos exemplo, entre outros, do emprego da partícula *que* sem função lógica, a serviço da ênfase. Como em: Nós (*é que*) erramos. Vocês (*é que*) acertaram” (ROCHA LIMA, 2003, p. 331). Isso se assemelha a alguns casos do PORTVIX como no evento: *Acho que* ela está feliz.

Bechara (2004, p. 323-324) denomina as conjunções subordinativas de transpositores e diz que “o transpositor ou conjunção subordinativa transpõe oração degradada ou subordinada ao nível de equivalência de um substantivo capaz de exercer na *oração complexa* uma das funções sintáticas que têm por núcleo o substantivo”. Diz ainda que as orações não exercem a função de sujeito, objeto direto ou predicativo, porém parece não ter sido sua preocupação questionar ocorrências um pouco mais complexas, utilizando frases como: Parece [que vai chover]. Esperamos [que chegue cedo].

Ansiava-se para que o gramático discutisse a primeira frase dos exemplos arrolados, uma vez que se têm uma incerteza dada pelo verbo *parecer* e é uma outra subordinada introduzida pelo transpositor *que*. Ao contrário de Cunha e Cintra (2007) e Rocha Lima (2003), o autor nem faz a distinção entre orações de certeza ou incerteza. Caso fizesse, já teria uma contradição, já que se tem uma oração que denota incerteza introduzida pelo *que*.

Kury (2001) cita as conjunções integrantes quando trata das orações substantivas desenvolvidas, isto é, com e sem conjunção. O autor observa, ainda, que as orações conexas são introduzidas por *que* e *se*. Observa-se que, também, não há qualquer discussão a respeito do assunto.

1.3 A conjunção *que* em abordagens linguísticas não funcionalistas

Abreu (2003) parece concordar com Kury, quando classifica as orações subordinadas substantivas desenvolvidas como orações complexas introduzidas pela conjunção integrante *que*, sem citar outros eventos.

Na obra organizada por Mira Mateus, Duarte (2004, p. 597, grifos da autora) assegura que “o elemento que introduz a maioria das frases finitas é o **complementador *que***” e acrescenta, ainda, que “a estrutura interna das frases completivas é hierarquizada, sendo possível distinguir internamente dois constituintes: o complementizador, que introduz a completiva, e o constituinte oracional à sua direita” (DUARTE, 2004, p. 598).

Embora citado em vários estudos como foi exposto, o *que* ainda merece algumas observações, conforme apresentamos a seguir:

- a) os exemplos dados pelos autores nos garantem que essa conjunção integrante insere orações de certeza e incerteza.
- b) há pontos que carecem de explicação: (I) o verbo *achar* seria um caso em que não há antecedente, já que forma um bloco?; (II) no PORTVIX há a inserção de algum elemento tal como foi exposto por Cunha e Cintra?; (III) seria a estrutura “*acho que*” uma expressão idiomática usada para dar ênfase, como é o caso de “*é que*” e o *que* não teria uma função lógica, como foi discutido por Rocha Lima (2003)?; (IV) teria a estrutura “*eu acho que*” uma posição mais fixa na frase, tal como expôs Duarte, o que comprovaria os estágios de gramaticalização da estrutura?

Para este trabalho, interessa-nos muito a função de introdutor de conteúdo proposicional que pode ser argumentador ou não.

Há trabalhos científicos de grande relevância, porém na pesquisa realizada não vimos uma discussão sobre essa conjunção, gerando as questões expostas acima. Mesmo os estudos linguísticos tendo avançado em vários aspectos, ainda carecemos de pesquisadores que se dediquem a trabalhos específicos como este, fazendo

apontamentos mais abrangentes sobre a questão. Propomo-nos a fazer uma breve análise final a respeito da questão.

1.4 – Alguns trabalhos sobre o verbo *achar* no Brasil

O levantamento bibliográfico dos estudos realizados no Brasil que utilizaram a base teórica do funcionalismo norte-americano evidenciou a existência de alguns trabalhos que muito contribuirão para esta pesquisa. O trabalho desenvolvido por Casseb-Galvão (2000), que analisou os *corpora* do NURC e do RONDON, além do sentido pleno de *encontrar, procurar, descobrir*, constatou que o verbo *achar* apresenta novos usos com as seguintes propriedades dentro do *continuum*: *considerar, pensar, afirmar; supor, é possível; talvez, provavelmente*. A autora considera que os “elementos estão em estágios diferenciados de gramaticalização e estão localizados em pontos diferentes do *continuum*” (CASSEB-GALVÃO, 2000, p. 58); e evidencia que o comportamento desses verbos quanto à gramaticalização reflete as atitudes e opiniões dos falantes.

A pesquisa de Casseb-Galvão (2000) trata dos mecanismos atuantes na gramaticalização que são a metáfora e a metonímia. A metáfora é uma espécie de extensão de significados lexicais para expressar conceitos mais abstratos. Já a metonímia é considerada como uma espécie de permuta resultante do uso de uma palavra em uma frase em que uma ideia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto. É um processo que envolve inferência pragmática e implícitos.

O estudo de Casseb-Galvão (2000) sobre a gramaticalização do verbo *achar* apresenta um processo de gramaticalização em direção ao domínio da modalidade, no qual o verbo assume funções mais gramaticalizadas de verbo modal epistêmico e de um elemento semelhante a um advérbio modalizador.

O outro trabalho, que também muito contribuiu para nossa pesquisa, é o de Freitag (2003), que analisou o *corpus* VARSUL e observou que no *continuum* proposto, por hipótese, para a gramaticalização, o verbo *achar* é um marcador de opinião, passando a marcador de dúvida.

Freitag (2003) fez um recorte para análise e constatou que a forma *acho* é muito frequente. Num total de 384 ocorrências, 382 tinham a função de marcadores de opinião; e, num total de 430 ocorrências, 330 tinham a função de marcador de dúvida. A pesquisadora observou a ordem da estrutura na frase e afirma que: (I) quanto mais à direita, funciona como marcador de opinião; (II) quando se desloca na frase, desempenha a função de marcador de dúvida; e (III) na posição final, também funciona como marcador de dúvida, porém sem complementizador.

A linguista verificou ainda que a inserção de item na estrutura indica que ela está menos gramaticalizada e na função de marcador de dúvida, ou seja, a mais gramatical apresenta menos ocorrências com inserção.

Embora os fatores sociais não sejam aparatos teórico-metodológicos do paradigma funcional da gramaticalização, a autora considerou, em sua análise, a faixa etária, por perceber que traz indícios de mudança via gramaticalização e por constatar que, na função de marcador de dúvida, pouco mais de 61% dos usos foram feitos por jovens de 15 a 24 anos, na função de marcador de opinião, 46% das ocorrências são na faixa de falantes com mais de 50 anos. O restante equilibra-se entre falantes de 15 a 24 anos e 25 a 49 anos.

Freitag (2003) acredita que *acho* está em um *continuum* de gramaticalização cujo extremo é a modalidade epistêmica de incerteza e dúvida.

Votre (2004), por sua vez, preocupa-se em identificar e analisar os sentidos que o verbo *achar* assume com maior frequência em cláusulas com complemento oracional. Pretende, também, verificar se ocorre gramaticalização com a expressão epistêmica *eu acho* quando se encontra no final da cláusula, deixando de ser oração principal e passando a ser interpretada como parentético epistêmico.

O linguista supõe que o verbo em questão, em cláusulas com complemento oracional, está em uma situação de polissemia que não implica gramaticalização. Em sua análise, os sentidos foram classificados como: (I) proposicional de incerteza epistêmica, (II) proposicional de percepção e (III) emotivo de sugestão.

De acordo com o resultado da pesquisa de Votre (2004), a expressão epistêmica *eu acho* representa, na maioria das cláusulas, com complemento oracional, um grau de incerteza, de atenuação do conhecimento, do comprometimento e da opinião do falante, considerando os relatos de opinião oral nas entrevistas com informantes de maior escolaridade.

Sobre o verbo *achar* como parentético epistêmico, Votre (2004) considera que a gramaticalização ocorre porque um elemento nuclear é reanalisado como um elemento satélite. A expressão sofre ressemantização com perda de significação lexical de sua forma verbal e um conseqüente ganho de significação gramatical, podendo ser interpretado como compreendendo uma subcategoria gramatical de advérbios. Como no exemplo: “aí eu estava no colégio... era... aula de ciências... *eu acho...*”.

Gonçalves (2006) parte do princípio de que a alta frequência de uma palavra/construção leva a sua gramaticalização. Desta forma, comprovou a tendência de predicados de atitude proposicional se gramaticalizarem como satélites atitudinais. O linguista explica que os satélites são opcionais, sustentam informação adicional porque a informação principal está contida na estrutura do enunciado a qual o satélite é adicionado.

O autor amplia a concepção de gramaticalização quando cita Bybee (2002), para quem parece ser mais adequado dizer que é a construção com seus itens lexicais particulares que se torna gramaticalizada. O estudo de Gonçalves (2006) foca os predicados de atitude proposicional, que são predicados que tomam por escopo uma proposição para, sobre a verdade que o falante veicula, incidir a atitude de crença do falante.

Outro ponto abordado por Gonçalves (2006) e pautado nos estudos de Traugott e Dasher (2005) é a subjetividade, entendida como conjunto dos mecanismos que as línguas naturais colocam à disposição do agente locucionário para a *expressão de si mesmo* e de suas atitudes e crenças. Através da modalidade epistêmica ou evidencialidade, são identificados o grau de comprometimento do falante e algo sobre a fonte do saber em que tal conteúdo se sustenta.

Além disso, Gonçalves (2006) destaca o complementizador *que*, considerado um subordinador, entendendo que orações subordinadas são passíveis de propiciar o desencadeamento de processos de gramaticalização.

Gonçalves (2006) realiza um estudo criterioso a respeito da frequência de uso e da marca de 1ª pessoa. O verbo *achar*, embora se encontre em muitos eventos dessemantizados, ainda convive com sua forma plena, o que não invalida o processo de gramaticalização. No que se refere ao uso de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, serão analisados os usos a fim de chegarmos à confirmação da subjetividade que será discutida neste trabalho.

De acordo com Martelotta e Leitão (1996, p. 299), a expressão *eu acho* modaliza o discurso no sentido de que expressa a insegurança do falante em relação ao que se fala. Vê-se que há uma concordância entre os autores e os estudos de Freitag, para quem essa expressão é um marcador de dúvida.

Casseb-Galvão (2000) e Freitag (2003) apresentam indícios diferentes para comprovação do fenômeno da gramaticalização. A primeira desenvolve seu trabalho tomando por base o princípio da unidirecionalidade que aponta para o domínio da modalidade. A segunda constatou o fenômeno através da frequência de uso e considerou a influência de fatores sociais sobre o processo, visando a obter pistas de como a mudança aconteceu na língua.

Esses trabalhos oferecem alguns caminhos e pontos de vista fundamentais para nosso estudo. Votre (2004) assegura que há gramaticalização quando a estrutura *eu acho* funciona como parentético epistêmico. No entanto, os outros três estudos apontam que a gramaticalização acontece num *continuum*, influenciado principalmente pela frequência de uso, pela função de marcadores, por diferentes aspectos semânticos observados nos vários eventos estudados, pela subjetividade e demais aspectos. Todos esses resultados interessam-nos e pretendemos usá-los para a construção do nosso olhar sobre o *corpus* em análise.

A mudança de significado e as estratégias cognitivas são centrais nos estágios iniciais da gramaticalização. Casseb-Galvão (2000) assegura que: “os fatores que motivam a

gramaticalização são, principalmente, cognitivos, e estão grandemente vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais, a conjugação do desejo de ser expressivo com o ‘princípio de criatividade’” (CASSEB-GALVÃO, 2000, p. 45).

1.5 – Correntes teóricas

O Funcionalismo começa a tomar força com os herdeiros do pensamento linguístico da Escola de Praga. Com esta Escola, surge uma nova corrente linguística, baseada no funcionamento da linguagem, na comunicação. Destacam-se dois nomes: André Martinet, com estudos no campo da Linguística Geral e da Fonologia; e Roman Jakobson, que, entre diversos estudos, também desenvolve uma teoria da comunicação baseada em seis pontos de vista sob os quais podemos considerar os atos linguísticos, desencadeando assim o estudo das funções da linguagem.

No século XX muitas são as correntes ditas funcionalistas, por isso há grande imprecisão no uso do termo Funcionalismo. Em vista dessa constatação, faz-se necessário esclarecer pelo menos três conceitos básicos no funcionalismo, que são o de *língua*, *linguagem* e *gramática*.

1.5.1 Alguns conceitos da corrente funcionalista

Martelotta e Areas (2003, p. 20) asseguram que

o pólo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diversas situações comunicativas, que ajudam a determinar a estrutura gramatical.

Furtado da Cunha (2008, p. 158) afirma que

os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre língua e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os

interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua.

Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 17) afirmam que “a gramática é vista como um sistema flexível, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia”.

Os estudos funcionalistas atuais têm duas fortes correntes: a linguística funcional norte-americana, representada por Givón, Hopper, Thompson e Chafe; e a linguística sistêmico-funcional, baseada na teoria de Halliday. A primeira defende uma investigação baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. Já a segunda se espelha numa teoria de língua baseada na escolha, cujo foco de interesse é o uso da língua como forma de interação entre os falantes.

Muitos conceitos vêm-se desenvolvendo no funcionalismo, os principais deles foram expostos por Furtado da Cunha (2008) e indicaremos abaixo a noção fundamental de cada um.

- a) Informatividade – o princípio da informatividade focaliza o conhecimento que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação verbal. Desse modo, um sintagma nominal pode ser classificado, de acordo com seu emprego no texto, como *dado*, *novo*, *disponível* e *inferível*.
- b) Iconicidade – o princípio da iconicidade é definido como a correlação natural e motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico (expressão) e o seu significado (conteúdo). Por isso se explicam palavras que surgem pelo processo de derivação, como no caso de *beleza*, *embelezar*, que são criadas por ampliação do conceito de *belo*.

- c) Marcação – um entre dois elementos que se opõem é considerado marcado quando exhibe uma propriedade ausente no outro membro, considerado não-marcado.

- d) Transitividade e plano discursivo – A proposta de Hopper e Thompson (1980) não opõe binariamente verbos transitivos e intransitivos, mas trata a transitividade como uma propriedade escalar que focaliza diferentes ângulos da transferência da ação de um agente para um paciente, em diferentes porções da oração. A transitividade reflete a função discursiva e é vista em graus, dividida em alta e baixa. A alta transitividade, isto é, as porções centrais do texto, correspondem à figura; enquanto as orações com baixa transitividade, que marcam as porções periféricas, correspondem ao fundo.

Neste momento, nos ateremos aos conceitos de gramaticalização que constituem processos especiais de mudança linguística.

1.5.1.1 Gramaticalização

Segundo Furtado da Cunha (2008), gramaticalização é um fenômeno relacionado à necessidade de se refazer que toda gramática apresenta.

Martelotta *et al* (1996, p. 46) afirmam que

gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática.

Um exemplo muito discutido em trabalhos recentes é o da “trajetória de vocábulo a morfema, que ocorre, por exemplo, com a passagem *amar* + *hei* > *amarei*; e *tranquila* + *mente* > *tranquilamente*” (Martelotta, 2006, p. 46, grifos dos autores).

Heine e Reh (1984, *apud* Neves 2004) mostram que há três níveis da estrutura linguística afetados pela gramaticalização - o funcional, o morfossintático e o fonético. Trabalharemos aqui o nível funcional, que passa por processos de dessemantização.

Um aspecto a ser observado na gramaticalização é o processo unidirecional. Como afirma Neves (1997, p. 121): “a unidirecionalidade da gramaticalização é tida como uma característica básica do processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida”.

Os teóricos cujas abordagens serão seguidas neste trabalho são os da corrente funcionalista norte-americana, entre eles Hopper e Traugott (1993), Heine (2006), Bybee (2003) e Traugott e Dasher (2005).

1.5.1.2 Linguística baseada no uso

Heine (2006) faz um apanhado histórico sobre os estudos da gramaticalização e assegura que o assunto remonta ao século XVIII nos estudos desenvolvidos por dois filósofos: Candillac (1746) e Took (1857). Aquele assegurava que as palavras concretas derivavam das abstratas, este, no século XIX, propunha as noções-chave de abreviação e mutilação. Took (1857, *apud* Heine 2006), assegurava que advérbios, preposições e conjunções derivam de nomes e verbos pelos processos citados.

No século XIX, Bopp considerava a mudança de uma forma lexical para uma forma gramatical um componente essencial para seu princípio de gramática comparada. Muitos linguistas daquele século consideravam a gramaticalização uma noção-chave do processo de mudança, apesar de o termo ter surgido muito tempo depois.

Até os anos de 1970, pouco foi discutido sobre o assunto. Givón (1971, *apud* Heine, 2006) retoma os estudos sobre a mudança linguística e argumenta que para haver conhecimento da estrutura da linguagem é preciso haver conhecimento de estágios de desenvolvimento anteriores. Com seu *slogan* “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, que foi considerado ser parte de um ciclo de evolução mais geral, Givón abriu uma nova perspectiva para o entendimento da gramática:

discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero.

A partir disso, muitos foram os estudos desenvolvidos sobre a gramaticalização, em partes específicas da gramática. Um exemplo são os estudos de Hopper e Traugott (1993), que, entre outros temas, trabalham as noções de gramaticalização de orações.

Heine (2006) afirma que a teoria da gramaticalização oferece uma explanação de como e porquê as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem. O linguista afirma que há quatro mecanismos inter-relacionados, envolvidos nas expressões linguísticas, que são:

- Dessemantização: perda do conteúdo significativo;
- Extensão: uso em novos contextos;
- Decategorização: perda de características morfossintáticas da forma fonte, inclusive de *status* de palavra independente (cliticização, afixação);
- Erosão: perda fonética.

Cada um desses mecanismos está relacionado com um aspecto diferente da estrutura da língua ou do seu uso, ligado à semântica, pragmática, morfossintaxe e fonética. Embora os mecanismos mostrem perdas nas propriedades dos itens linguísticos, há também ganhos de características próprias dos seus novos contextos de uso.

Heine (2006) acredita que há três estágios que se desenvolvem nesse processo:

- Há a expressão linguística A que é “recrutada” para gramaticalização;
- Essa expressão adquire um segundo uso padrão, B, em que há ambiguidade entre A e B;
- Finalmente, A se perde, isto é, há agora somente B.

O autor afirma que há alguns itens que se prendem no segundo estágio. No entanto, se alcança o terceiro estágio, o item B se torna uma nova categoria gramatical. Heine (2006) assume que há gramaticalização quando um item pode ser usado em um novo

contexto no qual não poderia ser usado previamente, o que acontece por motivações pragmáticas. O fato de A não desaparecer não invalida o processo de gramaticalização.

Um outro trabalho muito importante para o nosso estudo é o de Hopper e Traugott (1993). Para eles, a gramaticalização deve ser estudada em duas perspectivas: diacrônica, que é a mudança em dois ou mais pontos no tempo; e sincrônica, que observa a estrutura num simples ponto no tempo.

Na perspectiva histórica, os autores investigam as fontes das formas gramaticais e os caminhos típicos das mudanças que as afetam. Há, então, a ideia de um *continuum* de mudança linguística, através do qual um item lexical, em certos usos, se torna um item gramatical, ou um item gramatical se torna ainda mais gramatical.

A perspectiva mais sincrônica vê a gramaticalização como um fenômeno primariamente sintático, discursivo e pragmático. É um estudo de um ponto de vista de padrões fluidos no uso da língua.

Os linguistas defendem que as formas estão gramaticalizadas quando os itens lexicais assumem características de itens gramaticais e afirmam que o que é gramaticalizado não é unicamente o item lexical, mas toda a construção incluindo a palavra.

Hopper e Traugott (1993) estudam os tipos de cláusulas separadamente, a fim de observar os processos de gramaticalização nesses eventos. Eles consideram que há cláusulas que são dependentes das cláusulas matrizes de várias maneiras.

Os autores asseguram que as subordinadas funcionam como um argumento da cláusula matriz. O exemplo utilizado por eles contém uma estrutura que será investigada no PORTVIX, como segue:

I think the guy who just walked out of the store resembles the photo in the post-office window¹.

¹ *Eu acho que o rapaz que acaba de sair da loja se parece com a foto na janela do correio.*
(tradução nossa)

Tanto em português como no inglês a estrutura *eu acho que* já deixou o sentido prototípico do verbo *achar* e passou a assumir um novo sentido nesse contexto de uso, tendo uma maior fixidez no enunciado.

Para Halliday (2004), é uma condição necessária da língua que alguns significados devam ser gramaticalizados. Em cada caso, há diferentes graus de gramaticalização, não sendo este um fenômeno estanque, com categorias discretas.

A literatura que versa sobre esse tema, comumente, conceitua a gramaticalização como um processo de mudança linguística em que um item lexical passa a gramatical ou um item gramatical passa a exercer função ainda mais gramatical. As análises que estão sendo feitas no *corpus* indiciam que o verbo *achar* está em processo de gramaticalização, uma vez que o verbo, além do sentido pleno, está adquirindo usos mais abstratos como *pensar*, *considerar*, *afirmar*, *supor*, sendo usado, até mesmo, com o sentido de *talvez*.

Os princípios de Heine (1991, *apud* Gonçalves e Carvalho, 2007) são comumente usados para verificar o processo de gramaticalização, assim são descritos:

- a) **Estratificação** – Segundo o princípio da *estratificação*, em um domínio funcional amplo, novas “camadas” estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. Essa diversidade decorreria do fato de que, ao surgirem novas formas funcionais, a substituição das equivalentes preexistentes não é imediata ou pode até mesmo não vir a acontecer, trazendo, como consequência, a interação e a coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio.

- b) **Divergência** – Segundo Hopper, a *divergência* poderia ser interpretada como um caso especial de *estratificação*, embora com diferenças significativas. Apesar de ambas visarem a aferir graus de gramaticalização de estratégias gramaticais, suas atuações incidem sobre campos diferentes: a *estratificação* remete às diferentes codificações de uma mesma função, enquanto a *divergência* remete aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item lexical e

é aplicável aos casos em que um mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto, deixando de o fazer em outros.

- c) **Especialização** – relaciona-se com o estreitamento e opções para se codificar determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço porque está mais gramaticalizada. Uma consequência – indício, portanto, dessa especialização – é o aumento na frequência de uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização.
- d) **Persistência** – prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas para o uso da forma gramaticalizada.
- e) **Decategorização** – esse último princípio remete à perda, por parte da forma em processo de gramaticalização, dos marcadores de categorialidade e de autonomia discursiva. A forma em gramaticalização tende a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que se caracterizam as formas plenas como os verbos e nomes.

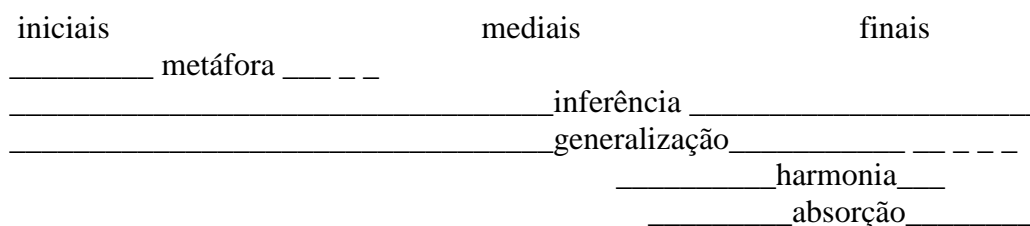
Martelotta (2003, p. 58) salienta que, “no caso da *divergência*, tem-se um conjunto de formas com a mesma etimologia, desempenhando funções diferentes, e, novamente, a existência do novo uso não implica o desaparecimento do uso original”.

Gonçalves *et al.* (2007) citam as discussões de Bybee *et al.* (1994) acerca dos mecanismos de gramaticalização e mapeiam cinco propriedades, que são:

- **Extensão metafórica** – caracteriza-se (I) pela mudança de um domínio mais concreto para um mais abstrato e (II) preservação de algum traço de estrutura relacional original.

- **Inferência** – remete diretamente à implicatura, uma vez que, enquanto o falante obedece ao princípio da informatividade e da economia, o ouvinte extrai todos os significados necessários à compreensão da asserção.
- **Generalização** – representa a perda de traços específicos de significado, com a conseqüente expansão de contextos apropriados para o uso.
- **Harmonia** – um mecanismo restrito a elementos gramaticais que se encontram desprovidos da maior parte de seu conteúdo semântico, é aplicável a estágios mais avançados da gramaticalização.
- **Absorção** – representa a fase em que há a completa gramaticalização do item observado.

Bybee *et al.* (1994) propõem uma figura em que constam os diferentes estágios:



Esquema de Bybee *et al.* (1994, p. 297, *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 34)

Resumindo, o verbo *achar*, num *continuum*, passa pelos mecanismos de dessemantização e extensão propostos por Heine (2006). O que pode ser reforçado pelo conceito de Halliday (2004), para quem a gramaticalização é um processo. Esse verbo parece estar no estágio dois, proposto por Heine (2006), já que estão convivendo o sentido prototípico e os demais sentidos adquiridos pelo uso, tais como: *afirmar*, *considerar*, *pensar*, *supor*. Vale ressaltar que funciona, também, como *marcador de dúvida*.

Em relação ao trabalho de Bybee (1994), pode-se considerar que o verbo *achar* está em estágio medial de gramaticalização, principalmente no estágio da generalização.

Neste trabalho, um ponto-chave do que foi dito por Hopper e Traugott (1993) é a afirmação de que a construção que envolve a palavra também se gramaticaliza. Consideramos que os falantes ora incluem a partícula *que* (acho que ele virá); ora o pronome *eu* (eu acho que ela está certa); ou, quando o argumento do verbo é um adjetivo, aparecerá com ou sem o pronome de 1º pessoa.

1.5.2 Atos de linguagem, Polidez e Subjetividade

Martelotta (2008b) propõe um novo olhar a respeito do processo de gramaticalização. O linguista considera que falante e ouvinte negociam sentido de maneira interativa e por isso há mudanças que surgem por subjetificação e intersubjetificação. Interessou-nos, então, uma verificação desse novo olhar, contudo carecíamos de fundamentação para elucidação dessa proposta. Para que isso fosse possível, recorreremos ao que foi exposto por Traugott e Dasher (2005) e aos pressupostos da Pragmática, quanto aos atos de fala e preservação de face.

1.5.2.1 Sobre os atos de fala

O conceito de *atos de fala* tem sido discutido e definido por muitos filósofos, linguistas e psicólogos.

Dubois *et al.* (2006, p. 78) esclarecem que “ato de fala é um enunciado efetivamente realizado por um determinado falante numa dada situação”. Os atos de fala, na verdade, se referem à *performance*, que é a manifestação da competência dos falantes. Estão envolvidos nesse processo as relações psicossociais entre falante e ouvinte, a afetividade do falante na comunicação, a memória dos falantes, o contexto social, entre outros fatores.

Ilari e Geraldi (2006, p. 86) afirmam que *atos de fala* devem ser compreendidos como a

enunciação de frases, encarada não do ponto de vista dos conteúdos destas últimas, mas do tipo de ação que o locutor pratica. (*Ordenar* a evacuação do prédio e *relatar* a evacuação do prédio são dois atos de fala diferentes, a propósito do mesmo conteúdo).

Segundo Armengaud (2006), Austin deu uma longa lista de atos de fala, que são: *afirmar, fazer uma pergunta, dar uma ordem, prometer, descrever, desculpar-se, agradecer, criticar, acusar, felicitar, sugerir, ameaçar, suplicar, desafiar, autorizar*. A autora assegura que, ao pronunciar uma frase, um falante realiza um, outro ou, às vezes, vários desses atos.

Armengaud (2006) arrola cinco categorias de atos de fala enumeradas por Austin (1962), que apresentamos a seguir:

(I)- Os “*veredictivos*” consistem em pronunciar um julgamento fundado na evidência ou em boas razões, acerca de um valor ou de um fato, compreende *desculpar, considerar, calcular, descrever, avaliar, caracterizar*.

(II) - Os “*exercitivos*” formulam uma decisão em favor ou no sentido de uma sequência de ações, entre as quais estão *ordenar, defender, suplicar, implorar, aconselhar*. E, também, *nomear, declarar uma sessão aberta ou fechada, proclamar*.

(III) - Os “*comissivos*” comprometem o leitor com determinada sequência de ações, como, por exemplo: *jurar, garantir, fazer voto de, prometer*.

(IV) - Os “*comportamentais*” tratam de reações ao comportamento dos outros, aos acontecimentos que lhes dizem respeito, são expressões de atitudes acerca de seu comportamento ou de seu destino. Entre eles estão: *felicitar, agradecer, criticar, abençoar*, além de *provocar, protestar, desafiar*.

(V) - “Os [atos] “*expositivos*” são utilizados para expor concepções, conduzir uma argumentação, esclarecer a utilização de palavras, assegurar as referências. Exemplos: *afirmar, negar, responder, objetar, conceder, exemplificar, parafrasear, relacionar metas*” (ARMENGAUD, 2006, p. 104).

Este estudo pretende analisar o verbo *achar* quando indica ou não uma afirmação, bem como quando o sujeito pretende marcar-se em seu discurso, inserindo aí sua subjetividade.

1.5.2.2 O conceito de face segundo Goffman

Goffman (1980) versa sobre a elaboração de face em contatos sociais, nos quais as pessoas tendem a seguir certa linha, ou seja, padrões verbais ou não-verbais que expressam a visão particular do indivíduo a respeito de cada situação. Para o autor,

Face pode ser definida como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados (1980, p. 76-77).

Toda construção de face apóia-se na intenção seguida por alguém e nos julgamentos transmitidos pelos participantes do contato, que poderão pedir uma face diferente baseada na natureza do encontro. Se existe um menor grau de intimidade entre os participantes, há um distanciamento entre eles e uso de palavras que expressem maior polidez. Caso os participantes do contato comunicativo tenham maior intimidade, há de esperar uma maior proximidade usando termos mais coloquiais e, muitas vezes, dispensando certas formalidades. Outro elemento que molda a face do indivíduo é o lugar social que ele ocupa, uma vez que a própria sociedade impõe uma face por esperar certos comportamentos das pessoas.

Há duas expressões que são fundamentais neste processo: (I) “perder a face”, que pode ser usada quando alguém está na face errada, isto é, sente-se envergonhado pelo que disse, comete uma gafe ou, até mesmo, quando humilha alguém; (II) “salvar a face”, que se refere ao processo de salvar a autoimagem, corresponder às expectativas dos participantes da interação.

Goffman (1980) afirma que o efeito combinado de ter autorrespeito e consideração pelo outro é a tendência a se conduzir durante um encontro de forma a manter tanto a própria imagem quanto a face dos outros participantes. Na interação, cada participante tende a cooperar para manutenção das faces, agindo com cooperação mútua tendo tato ao se dirigir ao outro.

1.5.2.3 Polidez

De acordo com Traugott e Dasher (2005), Brown e Levinson (1987 [1978]) fazem um aprofundamento importante na divisão entre:

- (I) itens que transmitem atitudes sociais de polidez através de usos convencionais e implicaturas conversacionais, mas que não decodificam polidez diretamente.
- (II) itens que, pelo menos em uma de suas polissemias, são processuais e funcionam primariamente significando sistemas dêiticos simples de proximidade e distância social. Um dos primeiros autores a explorar este tema foi Grice, que percebeu que implicaturas podem ser convencionalizadas como novos significados. Brown e Levinson (1987 [1978]) conceituam tais esses itens de polidez como implicaturas conversacionais congeladas, “produção gramaticalizada de estratégias de polidez”.

Brown e Levinson (1987) consideram que a teoria dos atos de fala força um modo de análise orientado ao falante exigindo a atribuição de categorias de ato de fala, na qual a tese dos estudiosos requer que os enunciados sejam, muitas vezes, potencialmente ambíguos. Eles citam, para esclarecer essas questões, que um “pedido” pode em parte, ser caracterizado como um enunciado que ocorre em certos tipos de repetição de sequências de enunciados. Tal como no uso de verbos no futuro do pretérito, como nas formas: “você poderia me dar uma carona?”. Desta forma, inicia-se a discussão sobre os “atos ameaçadores de face”, que são denominados em toda literatura como FTA, seguindo a sigla no nome em inglês. Tendo em vista a uniformização de siglas, doravante também usaremos FTA para indicar esses atos.

Quando fazemos um pedido, como o exemplo com o verbo no futuro do pretérito acima, poderíamos ser educados, mas os autores consideram que isso atribui desejos impolidos ao destinatário, por este não desejar fazê-lo. Há uma discussão da gravidade de um FTA, pois de um lado está a relação social entre o falante e o destinatário e de outro o conteúdo intrínseco do ato ameaçador. Embora os estudos destes autores tenham sido questionados, principalmente para testes empíricos, não há dúvidas de que esta é uma teoria muito forte.

Brown e Levinson (1987) dizem que a noção de face é muito abstrata, por isso eles explicam que há dois tipos específicos de desejos de face atribuídos pelos interlocutores. A face negativa seria o desejo de ser desimpedido de suas ações. Já a

face positiva seria o desejo de aprovação. Os autores consideram que os conceitos de face podem ter especificações culturais de atos que ameaçam e protegem a face. As noções de face estabelecem uma ligação com algumas ideias mais fundamentais sobre a natureza cultural da personalidade social, honra e virtude, vergonha e resgate, como também, conceitos religiosos. Os pesquisadores asseguram que sua pesquisa parece apoiar-se em três fatores sociológicos para determinar o nível de polidez que o falante irá utilizar para um destinatário, que são: (I) o poder relativo do destinatário sobre o falante; (II) a distância entre falante e destinatário e (III) o nível de imposição envolvido em fazer o FTA.

Brown e Levinson (1987) trabalham com uma espécie de hierarquia de polidez que pode ser estudada a partir da avaliação subjetiva da polidez percebida e asseguram que há estratégias misturadas ao discurso que se comportam como marcadores de polidez positiva ou negativa.

Acreditamos que o verbo *achar* é uma expressão de polidez e, de acordo com o *corpus*, muito mais utilizada por falantes universitários. Talvez isso se dê por haver aí a necessidade de preservação de face, isto é, de afastar-se de um comprometimento com suas declarações ou, ainda, não prejudicar a própria imagem ou a do interlocutor.

1.5.2.4 Subjetividade segundo Traugott e Dasher

Traugott e Dasher (2005) asseguram que o objetivo do livro, *Regularity in Semantic Change*, é investigar os caminhos nos quais os usos da linguagem levam para o novo código de significado. Daí, a principal preocupação dos autores ser com a subjetividade que decodifica o ponto de vista do falante, por exemplo, na dêixis, modalidade, e marcadores de estratégia discursiva.

Para eles, subjetividade é um pré-requisito para a intersubjetividade enquanto a atitude de falante em direção ao ouvinte é a função da perspectiva do falante. Crucialmente, intersubjetividade envolve a atenção do falante para o ouvinte como participante no evento discursivo, não em torno do mundo falado.

Os autores esclarecem que, como muitos outros aspectos do uso da linguagem, os conceitos de subjetividade e intersubjetividade foram inicialmente discutidos como referência para comprovação sincrônica. Mais recentemente, tem-se tornado evidente que os significados subjetivos codificados surgem de significados menos subjetivos, e que significados intersubjetivos codificados surgem de significados menos subjetivos.

Nos anos de 1980, a atenção foi direcionada para o fato de a mudança semântica ter uma forte tendência em direção ao aumento na “expressividade”, que pode ser entendida como subjetividade. Uma formulação inicial é achada nas hipóteses de Traugott de que a mudança de significado no início da gramaticalização é unidirecional, e pode proceder através do *continuum*, mas não na direção inversa:

Proposicional > (textual >) expressivo.

Traugott e Dasher (2005) afirmam que a subjetificação é um fator em mudança que se torna de interesse particular no contexto da discussão de gramaticalização. Eles consideram a subjetificação como o maior tipo de mudança semântica, dela dependendo a intersubjetificação, pois esta não pode ocorrer sem aquela. Na visão dos autores, subjetificação é associativa e metonímica ao ato comunicativo do falante, mais especialmente da atitude do falante. Essa atitude pode ser em direção a outros referentes, como no caso de pejorativas ou melhoramentos. Linguisticamente, mais interessante é a expressão de atitude do falante em direção à factualidade ou a proposições (marcado, por exemplo, por modalidade epistêmica como probabilidade e evidencialidade) e em direção a postura retórica argumentativa. Além do mais, os linguistas afirmam que subjetificação envolve tipicamente a tomada explícita de atitude do falante.

A abordagem de Traugott e Dasher (2005) explora um leque de escolhas linguísticas, incluindo modais, dêiticos e advérbios, e não só aquelas restritas à estrutura do evento. Na visão deles, subjetividade terá manifestações diferentes em diferentes partes do sistema linguístico e podem ser mostradas de formas diferentes em discurso estratégico na estrutura conceitual descontextualizada. Frequentemente, a maior parte da expressão não é nem subjetiva nem objetiva em si mesma, mas é na fala e em seu contexto que se ancora a determinação da subjetividade.

Traugott e Dasher (2005) asseguram que nas construções linguísticas relevantes o assunto objetivamente perfilado pode também ser atenuado no processo de subjetificação. Para eles, esta é uma questão de mudança de construção que é consistente com a direcionalidade da mudança semântica discutida no trabalho, ou seja, que vai de menos a mais subjetivo. De acordo com os autores, se ocorre subjetificação alguns lexemas são semanticamente enriquecidos, resultando em expressões explícitas de subjetividade recém-semantizada.

Os autores reforçam que não pode haver intersubjetificação sem algum grau de subjetificação. Isso acontece porque os falantes expõem os pontos de vista no processo de negociação interacional da produção discursiva, e quando esses pontos de vista decodificados vêm do sinal de atenção especial para o ouvinte, ocorre intersubjetificação.

Modais, se deônticos ou epistêmicos, podem expressar mais ou menos subjetividade, dependendo do ponto de vista e da medida em que eles representam as atitudes, opiniões ou conclusões do falante (LYONS, 1997, *apud* TRAUGOTT e DASHER).

Na linguagem natural, modalidade está fortemente ligada a subjetividade. Os autores, citando Palmer (1986), dizem que modalidade em linguagem diz respeito às características subjetivas da fala, e isso poderia até ser profundamente argumentado no sentido de que subjetividade é um critério essencial para modalidade.

Ao discutirem o uso das pessoas do discurso, os autores afirmam que o pronome de primeira pessoa - *eu acho* (no inglês, *I think* ou *I guess*) - pode ser usado não somente para expressar atitude subjetiva, mas também para reconhecer necessidades possíveis de intersubjetividade por preservação de face. Pode, portanto, servir em certos contextos como expressões de polidez, *hedges* e outros suavizadores de declarações que podem ser controversas (LAKOTT, 1972, *apud* TRAUGOTT e DASHER), junto a expressões como *você sabe*, *você vê* (*y'know*, *you see*) que destacam o receptor. Ambos os tipos de expressão são de curso fundamentalmente subjetivo no sentido desenvolvido no trabalho dos autores, como também intersubjetivo, porque preservar a imagem do ouvinte é algo que somente o falante pode escolher fazer.

Saindo do contexto de entrevistas, que compõem o *corpus* analisado, e citando situações cotidianas, como forma de exemplificação de preservação de face, registra-se a situação de duas mulheres que saem para comprar roupas e uma delas, ao provar uma certa peça que não lhe caiu bem, por exemplo, ouve da amiga: “acho que não ficou legal”. Vê-se que o que está em jogo é a imagem das duas. A que quer comprar a roupa pode estar fora do peso para usar o modelo e sua amiga também não quer ser indiscreta, por isso salva a imagem das duas. Casos de polidez, então, passam pela subjetividade.

Kerbrat-Orechionni (2005) assegura que “a maior parte dos atos de linguagem que se realizam na vida cotidiana são potencialmente ‘ameaçadores’ para uma ou outra das faces presentes: assim a solicitação vem ameaçar a face negativa de seu destinatário; a crítica, sua face positiva” (p. 87). A polidez nada mais é que o desejo mútuo de preservação das faces.

Kerbrat-Orechionni (2005) expõe dois olhares interessantes sobre o verbo *achar*. O primeiro, quando é usado como ato de linguagem indireto, na forma de uma refutação. Como exemplo, ela compara as frases: “*Você acha que ... em vez de ‘Eu acho exatamente o contrário’*”. Vê-se que a construção sintática muda toda a recepção do enunciado. Um outro ato de linguagem é o que envolve casos de elogio, por exemplo, quando se diz: “*Você está cheiroso*” e em resposta tem-se: “*Ah, acho que coloquei perfume demais, me encharquei*”. Neste caso, o interlocutor aceita o elogio, porém diminui o seu valor, até para desobrigar-se de fazer um outro elogio a quem o fez. Observa-se que esses atos de linguagem e os de Austin (1962) envolvem o verbo com sentidos bem distintos.

Galembeck (2008) tratou a polidez e a preservação de face na fala de universitários. Seu trabalho fornece mais uma base para nosso estudo. O autor toma os conceitos da psicologia de Jung no que se refere à *persona*, que é a “aparência assumida pelo indivíduo, aquilo que ele quer mostrar” (p. 327). Na interação verbal, a *persona* se constrói da necessidade de adaptação ou da convivência pessoal.

Galembeck (2008) afirma que no discurso é recorrente o uso de marcadores de atenuação, que são as *estratégias de distanciamento* e as *marcas de enunciação*. Estas marcam o envolvimento mais direto do locutor. Na categoria dos *marcadores de*

enunciação inserem-se os marcadores de opinião, que são representados, principalmente, por alguns verbos que indicam que o falante assume a própria opinião. Um exemplo do autor é “as músicas antigas, *eu acho*, eram mais românticas”. Esses verbos, conforme o pesquisador, são usados pelo falante para assumir (total ou parcialmente) pontos de vista ou juízos proferidos. O verbo *achar* foi incluído entre os verbos epistêmicos. Em seus estudos, o linguista analisou a expressão “*eu acho que*” e observou que ao empregá-la, o locutor evidencia que se trata de uma opinião particular, à qual se associa a incerteza.

Encontramos, no exemplo utilizado por Galembeck (2008), o elemento *assim* inserido na estrutura, que apareceu como “*eu acho assim que*”, o que foi considerado um reforço da incerteza do enunciado, um modo de por em xeque a sua afirmação.

Galembeck (2008) considera que a posição do marcador “*eu acho que*”, no meio ou no final do enunciado, constitui um fator decisivo para ressaltar o grau de incerteza ou imprecisão, mas ressalta que é importante levar em conta o contexto.

Vale ressaltar o que foi dito também sobre a subjetividade e como marca de polidez para suavizar a opinião, conforme exposto:

O marcador (*eu*) *acho que* exerce um papel digno de nota no que se refere ao controle das relações interpessoais. Como efeito, essa expressão cumpre um duplo papel: inicialmente, constitui um sinal explícito de subjetividade, da presença do enunciadador, graças às marcas explícitas de primeira pessoa. O locutor, porém procura tornar a subjetividade menos vincada, pois a citada expressão constitui um modalizador de dúvida e incerteza. A subjetividade, assim, torna-se menos impositiva e é mais facilmente aceita pelos demais interlocutores. O efeito contrário, de impolidez ou descortesia, seria obtido com o emprego de modalizadores de certeza (*creio que*, *tenho a certeza de que*), cujo valor de imposição tornaria problemática a aceitação tácita das idéias expostas (GALEMBECK, 2008, p. 339-340).

Diante do exposto, faz-se necessário enxergar a gramaticalização também à luz desses conceitos.

1.5.2.5 Subjetividade e o processo de gramaticalização

Sabe-se que no ato concreto da comunicação o falante e o ouvinte negociam sentido de uma maneira interativa. Sobre isso Martelotta (2008b) afirma que

O rumo da mudança, portanto, parece estar voltado para subjetificação (a expressividade passa estar centrada na perspectiva do falante explicitamente) e para intersubjetificação (a expressividade passa estar centrada na preocupação do falante com o modo como o ouvinte vai receber a informação) (MARTELOTTA, 2008b, p. 12).

O linguista declara que a mudança por gramaticalização passa de um sentido representacional para um processual, revelando, assim, o modo como o falante constrói o enunciado para o ouvinte. Neste caso, o tipo de modalização que usa marca uma posição em relação ao que diz. O falante convida o ouvinte a atribuir novos sentidos ao enunciado. Nesse processo, estão envolvidos os sentimentos e as impressões dos participantes no ato comunicativo, por isso há uma tendência da mudança caminhar para subjetivação ou intersubjetivação.

Este processo de intersubjetificação discutido por Martelotta (2008b) representa um novo olhar sobre o processo de gramaticalização, já que no jogo da comunicação falante e ouvinte não usam mais o sentido literal do verbo, e isso só é possível a partir da noção estabelecida no princípio da cooperação.

1.5.2.6 Sobre a gramaticalização do verbo *achar*

Os estudos sobre gramaticalização do verbo *achar* parecem confirmar o ato expositivo de Austin (1962) quanto às exposições das concepções afirmativas do falante.

Ao expor suas concepções, usando o verbo *achar* de forma afirmativa, o sujeito avalia uma determinada situação e modaliza sua expressão, tendo em vista a preocupação com a recepção do falante. Casseb-Galvão (2000) afirma que as propriedades apresentadas

pelos tipos de *achar* são indícios de que as mudanças que atingiram essas formas apontam, unidirecionalmente, para o domínio da modalidade.

Saint-Pierre (1992, *apud* NEVES, 2002) define a modalidade como operação de assunto, pelo enunciador, do conteúdo proposicional e seu enunciado em relação a um evento ou a uma certa relação intersubjetiva distinguindo, assim, o *dictum*, ou conteúdo de pensamento, do *modus*, ou atitude que o sujeito toma em relação a esse assunto.

Todos os trabalhos aqui discutidos fundamentam esta pesquisa e fornecem base para a análise do *corpus*, a fim de confirmar a hipótese de mudança a partir da subjetivação, no PORTVIX.

2. METODOLOGIA

A escolha das entrevistas do Português Falado na cidade de Vitória como *corpus* para análise se deu pela necessidade de trabalhos que verifiquem as ocorrências na fala capixaba, como já acontecem nos falares de outros estados brasileiros. Consideramos de extrema importância a investigação de fenômenos que são recorrentes no português brasileiro e por isso não poderíamos deixar de verificar o processo de gramaticalização no PORTVIX.

Objetivando delimitar a análise nesta pesquisa, trabalhamos com as quatro células de informantes universitários, do sexo masculino e feminino, com idade entre 26 e 49 anos e acima de 50 anos. Essa escolha se deu em função de essas células evidenciarem um elevado uso da estrutura. Isso se dá por se tratar de falantes que a utilizam como um modalizador e para preservar a face na interação. É, a partir da observação e análise dessas células, que discutiremos os indícios de gramaticalização que acontecem pelos efeitos da subjetividade e da intersubjetividade.

A escolha desse grupo de informantes se deu por observarmos que a maioria dos estudos considera esse grupo, o que pode gerar trabalhos comparativos e reforçar a hipótese de gramaticalização do verbo *achar* em todo Brasil. Oliveira (1996, p. 149) concorda com Traugott e Heine (1991) quando dizem que “formas linguísticas mais recursivas tendem com maior probabilidade à gramaticalização”. A autora também considerou informantes do 3º grau para sua pesquisa sobre a *Gramaticalização na Repetição*, por admitir que é uma variável com maior interferência na determinação das funções reguladoras da repetição.

Geralmente, os informantes do 3º grau ocupam um papel social que requer, muitas vezes, uma fala mais polida e isso gera a preservação de face, reforçando nossa escolha.

Como já foi dito anteriormente, categorizaremos as ocorrências do verbo *achar* no PORTVIX de modo semelhante ao trabalho de Casseb-Galvão (2000), cuja análise demonstrou que esse verbo comportou-se como: (I) encontrar/procurar/descobrir; (II) considerar/pensar/afirmar; (III) supor/é possível; (IV) talvez, provavelmente.

Porém, optamos por agrupar as ocorrências por grupo de sentidos correlatos, que assim foram nominados e exemplificados:

- (P) Prototípico. *Não foram encontradas ocorrências no corpus.*
- (C) Considerar, pensar. *“Algumas ambulâncias, **acho** que até funcionam da prefeitura de Vitória”.*
- (S) Supor. *“**Acho** que eu ‘taria’ no oitavo período”.*
- (A) Afirmar. *“Eu **acho** que o cinema ‘tá’ perdendo”.*
- (D) Dúvida, talvez. *“**Acho** que subiram duas viaturas aqui perseguindo”.*
- (S/C) sem classificação. *“**Acho** que é pra...”.*

Desta forma, pretendemos constatar a multifuncionalidade e o uso do verbo em diferentes contextos como modalizador ou como marcadores de opinião ou dúvida, passando pelos processos de subjetividade. Consideramos que quando o falante deseja preservar a face ele faz uso do verbo na categoria *pensar, considerar*.

3. ANÁLISE DO CORPUS

Para analisarmos o que nos propomos, foram feitos recortes nas entrevistas dos trechos em que aparecia a forma *acho*, a fim de observarmos o comportamento do verbo nas diversas ocorrências. Preocupamo-nos em verificar sua multifuncionalidade e constatar sua utilização por motivações subjetivas e por preservação de face.

3.1 Célula 40 – Homem entre 26-49 anos – com curso superior

A célula 40 consta de entrevistas com informante do sexo masculino, com idade entre 26 e 49 anos de idade e com curso superior. Nessa célula, há um total de 18 ocorrências da forma *acho*. 16 delas aparecem com a presença do *que*, ora com ora sem o pronome pessoal. Em um caso ocorre o verbo sozinho e em outro aparece a estrutura *eu acho*, seguida do termo *assim*.

Nas entrevistas da célula 40, as particularidades se devem ao fato de o informante fazer uso do verbo ora sem a adição de uma oração completiva, ora sem a presença do pronome de 1ª pessoa. Algumas vezes, foi necessária a transposição de toda a resposta dada pelo informante, pois este procurava sintetizar ou ainda resumir suas respostas usando o verbo *achar* ao final. Há apenas uma ocorrência em que a forma verbal na primeira pessoa do singular do presente do indicativo – *acho* - apareceu na fala de uma entrevistadora. Passemos, então, à análise dos trechos das entrevistas.

Primeiro trecho

E1: E o bairro aqui, cê acha que é perigoso?

I: Não, não **ACHO** perigoso, não.

Nesse trecho, pode-se notar que já há o uso do verbo *achar* na fala da entrevistadora, tendo aqui o sentido claro de *considerar*. O informante utiliza o mesmo verbo na resposta, com o mesmo sentido. Observa-se que o informante utiliza o advérbio *não* buscando maximizar sua opinião.

Segundo trecho

E2: Você falou que em relação ao transporte, aqui no bairro de (Taboazeiro) atende até bem. Como você avaliaria a administração dos demais... dos demais bairros aqui de Vitória? Você pode tê uma noção?

I: Olha, é: é aquilo que eu te falei. Ônibus eu tô meio por fora. Até preço de passage eu tô por fora. Eu andava bastante de ônibus, bastante mesmo. Eu só andava de ônibus. Mas depois que eu comprei o carro, eu parei. Mas eu num tenho muita noção, não. Bairros distante assim eu não vou de ônibus. É muito

difícil. Eu já vi pessoas reclamarem, principalmente/é/no final de semana, de transporte, né? Mas eu acredito que atende bem. Tem bastante linha, essas/esse microônibus que/que começaram a circulá também. Eu acredito que atende bem. Eu já/ da minha profissão, já andei em bastante lugar, morros muito altos em que/eu já vi ônibus lá em cima. Intão, eu **ACHO** que (inint) sim.

Há um caso de afirmação no uso do verbo. Observa-se que o falante primeiro se justifica quanto a não utilização de ônibus, depois argumenta tomando como base as observações feitas quando está trabalhando mesmo em lugares que poderiam ser menos favorecidos. Após essa condução da argumentação, é usado o termo *então* que é um advérbio que especifica uma situação e funciona como um operador argumentativo introdutor da resposta final que é a sua opinião. Para não falar simplesmente que *sim*, que há um bom atendimento do serviço de transporte, o falante modaliza sua fala inserindo a estrutura *eu acho que*, se resguardando, ou seja, salvando sua face.

Terceiro trecho

E1: E cê gostô?

I: Gostei, gostei bastante do curso. Existem algumas coisa assim que eu **ACHO** que, como qualqué curso tem, algumas coisas que te desagradam. Até mesmo porque é um curso militar, né? Tem/intão tem algumas coisas que a pessoa que não convive no mundo militar acaba instranhando.

No trecho acima, o verbo funciona como a categoria (C), *considerar, pensar*. Observamos que há a preocupação em comparar o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar - CFO, com outros cursos, através da inserção da oração: “*como qualquer curso tem*”, reforçando o que o falante pensa a respeito da questão. Essa espécie de justificativa de seu pensamento colabora para a preservação de sua face. O informante, apesar de não se agradar de alguma questão de seu curso, não chega a desmerecê-lo. Ele preserva também a face de outros estudantes quando cita que em qualquer curso há coisas que não são muito agradáveis. Seu papel social, como oficial da polícia militar, não permite que o entrevistado construa elementos negativos para formação da própria corporação, salvando também a face da Instituição.

Quarto trecho

E1: Mas isso é obrigação da pulícia? Ou é um dever social, assim?

I: É um dever social, não é uma obrigação o/o papel da pulícia né que é regido pela constituição federal artigo cento e quarenta e quatro, diz que é preservação da ordem pública. Intão tudo que tivé fora da ordem pública/uma pessoa caída no chão. Aí vai do nosso julgamento. Uma pessoa caída no chão, embriagada, correndo risco de um carro atropelá ou de ser feito um mal maior aquela pessoa, é uma questão de ordem pública. Se for, é papel da polícia, mas se não for, a polícia também desenvolve um papel social, porque não tem ninguém mais pra disinvolvê. É o chamado braço do istado. O braço ativo do istado é a

pulícia. Se não tivesse, ia sê ruim a situação, que nós não temos ambulância/algumas/algumas ambulâncias **ACHO** que até funcionam da prefeitura de Vitória, mas elas não são suficientes pra atendê a toda a demanda.

Novamente, categorizamos o verbo no grupo semântico (C). O entorno do verbo é decisivo para essa análise. Neste caso, o uso do operador argumentativo *até*, que insere um argumento de conclusão, foi essencial para o enquadramento do verbo.

Quinto trecho

E1: Ontem eu tava veno uma reportagem que falava sobre os mendigos que foram atacados. Aí um deles “Ah, mas pra onde/ que que eu vô fazê? Não tenho casa, tenho que durmi aqui na rua mesmo? Um fica vigiando enquanto os outros dormem.” E ele tava suspeitando que alguns PM’s tenham participado disso, né?. Que que você acha que/isso influencia de alguma forma o trabalho da PM porque traz uma carga negativa, assim, na forma como a população vê [os profissionais?]

I: [Com certeza.] Olha só, apesar da/da pulícia militar divinvolvê esse/vários papeis, né, sociais, ela é uma instituição que eu **ACHO** que pela maioria da população ela é uma instituição mal vista porque vários fatores é: colaboram pra/prá imagem negativa da polícia. A própria/as próprias atitudes,né, de alguns policiais como intermínio essa coisa toda que/(inint) (você faz que curso?)

Observa-se que, neste caso, há a presença do pronome *que* anterior à estrutura analisada. Isso indica que a frase seria construída de maneira direta, como por exemplo: “*ela é uma instituição que pela maioria da população/ ela é uma instituição mal vista porque vários fatores é: colaboram pra/prá imagem negativa da polícia*”. Mas vemos que o falante parece utilizar a estrutura para marcar seu pensamento sobre a questão. É interessante notar que este é um caso explícito de marca de subjetividade na construção do enunciado. Categorizamos esse verbo, também, como *pensar, considerar*. Neste trecho, observa-se que a face positiva dos policiais está ameaçada, uma vez que o próprio informante assegura que a população parece ter uma imagem negativa da polícia.

Sexto trecho

E1: Tem prestígio.

I: Tem prestígio. São bem vistos. O corpo de bomberos rara/raramente você vê um bombeiro morto em ação. Quando ele morre é em virtude de acidente, aquela coisa toda. Agora você não vê um bombeiro correnno risco de vida igual/sexta feira retrasada nós tivemos um militar que istava de folga mas/e por gostar do que ele faz ou se sentir um profissional, ele resolveu intervi (inint) uma questão lá da/do bradesco. Ele não estava trabalhando, mas solicitô ajuda e ele foi e tomô um tiro, quatro tiro, está aberto, submetido a cirurgias e corre risco de vida, ainda, bastante. Foram vários órgãos perfurados, pegô o baço/intão, eles/ele estando de folga ele poderia “Não, não estou trabalhando”. Mas ele foi numa ação que ocasionô esse risco pra vida dele. Intão, a pulícia ela disinvolve um papel muito mais ativo e as ações positivas são infinitamente superiores às ações negativas que acontecem, mas como toda corporação, **ACHO** que como toda instituição tem as pessoas que tem o chamado disvio de

conduta. **ACHO** que isso é uma coisa inevitável até mesmo porque é uma coisa intrínseca à sociedade e a pulcra militar ela não está fora da sociedade, ela pertence à sociedade. Então, as atitudes que essas pessoas/essas determinadas pessoas fazem com relação a fatos negativos, isso acaba denigrando mesmo a imagem da pulcra e, como já disse, é motivo de venda da mídia, então contribui pra/praquela/aumento, né?

Como forma de preservação da sua própria face e de defender os policiais militares, o informante usa a estrutura *acho que*, que tem sentido de *pensar*, para introduzir uma comparação das atitudes ruins da polícia com outras instituições quaisquer. Desta forma, o informante ameaça a face positiva de outros profissionais. A preocupação de preservação de face se estende por todo final das respostas, principalmente na cláusula seguinte que também se inicia com a estrutura *acho que* seguida do anafórico *isso* justificando as atitudes das pessoas em geral e não somente de alguns policiais.

Sétimo trecho

E2: É. Um motivo ou mais de um. Vamos primeiro [(inint)]

I: [(inint)] eu lembro de uma situação, eu morava na parte de baixo aqui, eu tava no portão com minha mãe, aí subiram/**ACHO** que subiram duas viaturas aqui perseguindo/

Nesse excerto, que retrata a infância do informante, o verbo *achar* foi usado para exprimir uma *dúvida*. O informante já não tem certeza do que vai dizer devido ao tempo decorrido em relação ao fato narrado. Mudanças como esta indicam a multifuncionalidade do verbo, que deixa o sentido prototípico, passando por outros sentidos, podendo exercer a função adverbial de marcador de dúvida.

Oitavo trecho

E2: Depois de tanto meses tendo o curso de CFO concluído não trouxe nenhuma pontinha de arrependimento, talvez “Ah, eu poderia ter feito aquele curso”. Nunca surgiu isso? Nenhum pensamento? Algum comentário da família? Algo parecido?

I: Minha/minha mãe particularmente ela até/ela apesar de tê me dado todo apoio, toda força, meus pais, minhas irmãs, mas ela tem o receio em relação à periculosidade da profissão né mas assim eu pensei mesmo “Poxa, eu poderia ter feito o curso de direito”, mas aí você/você pa/passa a analisá a seguinte coisa, tem a realização profissional, tem a rela/a relação de como você vai se sustentar depois. Por exemplo, eu vô fazer um curso/se eu tivesse feito um curso de direito hoje, se eu tivesse começado ao invés de tê feito CFO tivesse começado o curso de direito, hoje estaria ainda estudando direito, **ACHO** que eu taria no oitavo período.

Nesse trecho, o verbo *achar* tem o sentido de *supor*. O falante faz uma relação do tempo inicial de seus estudos, a fim de tentar saber em qual período estaria se tivesse tentado outra carreira profissional.

Nono trecho

E1: Eu *ACHO* que você saberia nos informá. É verdade que existe uma rivalidade entre civil e militar?

I: Olha, isso já existiu muito. Muito mesmo. Apesar de sê/são duas pulícias distintas, mas que o serviço é continu/um é serviço continuidade do outro, ou seja, se você pegá né o que que é pulícia federal, o que que é pulícia, pulícia federal e corpo de bombero na constituição, são chamados ciclos.

Como já é sabido, não é o foco de nossa pesquisa analisar a fala de entrevistadores. Contudo, somente nesse trecho da entrevista encontramos o verbo *achar* sendo usado pela entrevistadora, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e o futuro do pretérito do verbo *saber*, que reforça a polidez. O verbo *achar* está empregado com o mesmo sentido que encontramos em outras ocorrências: *considerar*, *pensar*. A entrevistadora considera a profissão do entrevistado para sanar uma dúvida comum. Assim, temos um caso de preservação de face por não querer impor sua vontade, dando ao entrevistado a possibilidade de negar o pedido da entrevistadora.

Décimo trecho

E2: O senhor saberia dizê se é verdade que os puliciais civis eles se altam, eles se acham auto suficientes e que pela parte dos policiais militares tem mais atenção para com as pessoas? Com o público.

I: Olha, eu cunheço bem poco de pulícia civil. Na verdade, eu não cunheço quase nada, mas existe a/a questão do achismo né de se achá auto suficiente, se acharem os donos da verdade. Eu *ACHO* que existe das duas pulícias. Tem pulicial que chega na rua, por estar fardado se acham né os deuses. E tem puliciais civis também, mas é uma questão de/aquela questão de visti/se visti da função e se achá que é melhor do que os outros. Aí isso não é só pulícia. Se ocê pegá um juiz, ele se acha o todo poderoso. Se ocê pegá um/ um promotor de justiça, um membro do ministério público, eles se acham os deuses, ninguém pode tocá, eles se acham mais do que um pulicial. Intão isso/as pessoas que istão/ istão imbuídas de cargos né de autoridade, isso é uma coisa/e não é todo mundo, tá? Mas a maioria das pessoas não sabem lidá com essa situação, não sabem dominá isso e deixam/acabam sendo dominadas por isso né pela auto va/pela vaidade, né? Intão isso/*ACHO* que é uma coisa que acontece em qualqué insti/instituição que tenha uma função de autoridade né diante da sociedade.

A primeira ocorrência o verbo *achar*, na forma *acho*, aparece em um contexto com outras formas do verbo, porém que tem uma outra semântica. Conforme Borba (2002) a forma pronominal, *achar-se*, equivale a *identificar-se consigo mesmo*, *perceber-se*. Assim, são as formas: “*se acha auto suficiente*”, “*se acharem os donos da verdade*”, “*se acham né os deuses*”. Esse entorno define a forma *eu acho* que como a maneira de pensar do informante, por isso categorizamos a primeira ocorrência no grupo (C). Novamente, como forma de preservar a face positiva de alguns policiais, o entrevistado compara essa atitude dos profissionais com a de outros profissionais que representam autoridade diante da população, tais como juízes, promotores de justiça, entre outros.

A segunda ocorrência assegura a preservação da face positiva dos membros da corporação quando o verbo *achar* é usado com o mesmo sentido da primeira, enfatizando que a atitude negativa de algumas pessoas acontece em qualquer instituição, não só na Polícia Militar.

Décimo primeiro trecho

E2: No governo passado foram construídos vários postos e ali é: policiais né uma ou duas viaturas. Depois uma crítica dizendo que isso surgiu pra imbelezá a cidade de Vitória. Qual o seu ponto de vista em relação a isso?

(...)

E1: [Entrada] e saída de bairro.

I: Isso. entrada e saída de bairros, pra que? Olha só, ó a idéia. Tem uma/tinha um abrigo na segunda ponte, no início da segunda ponte, que é uma saída de Vitória. Tinha um abrigo lá na principal, na (Dante miquelini), Jardim Camburi. Tinha um abrigo lá na reta do aeroporto. Tem/tinha um abrigo aqui na avenida (inint). Pontos de destaque de grande é: /tipo assim rotas de fuga, né? Aí, pensa comigo, ocorreu um assalto no centro de Vitória, acionaram a polícia “Oh, os assaltantes estão se dirigindo a Jardim Camburi”. Então, vai ter uma viatura lá que vai si/tipo assim servir de bloqueio. Então, é chamado corredor de segurança pra que? Ocorreu um determinado furto/prisão/um determinado assalto, alguma coisa assim, um seqüestro, prisão fechá aquilo ali, os pontos estratégicos e as viaturas vão sair e vão fechar. Uma/um outro objetivo, a viatura parada ali todo mundo tá vendo. Então, oferece sensação de segurança que todo mundo precisa ter, né? Tem outra coisa. Prisão “Ah, minha loja foi assaltada. Ah, tem uma viatura ali parada.” Então, você vai naquela viatura pra aqueles policiais, né, te ajudarem. Só que ocorreu/ocorreram várias coisas. Primeiro, o projeto não foi implementado ao todo, falo daquela da/do interesse do governo em relação a dispor capital, dispor dinheiro pra/prá acontecer. Então, ele (optô) por uma questão que aparece mais o governo, o que que é? Polícia destacada. Outra questão também foi chamado boicote que os próprios policiais fizeram porque uma das coisas que pra/que eu **ACHO** que seria prisão melhorá pra corredor de segurança permanecê seriam as iscalas de serviço dos policiais, que ficou um pouco puxado. Aí os policiais começaram a ligar a seguinte coisa, como vinha uma pessoa atendê, falava “Eu não posso sair daqui”. Mas isso não era verdade. Podia sair, só que tinha que dar ciência à central de comunicações. Então, os policiais eles se sentiram vigiados porque na verdade policial gosta de entrar em viatura e roda aonde ele quer né? Í no bairro onde ele quer. Não é assim. Existem os chamados cartões programa, existe o local determinado pra ele rodar, o local determinado pra ele ficar parado e o policial nem não gosta disso, de ser vigiado. Então, os corredores de segurança eles né se tornaram isso. Eram duas viaturas por abrigo, por exemplo, o abrigo aqui da praça de eucalipto. Tinha uma viatura que ficava duas horas parada e uma que ficava duas horas rodando. Então, a questão da pessoa vim, chamada “Ah, não posso sair” isso era um boicote. Poderia dar ciência à central de comunicações “Eu vou atender fulano de tal, que tá precisando”. Ou senão chama a viatura que tá rodando pra mim. Se a polícia quiser, ela pode botar isso. Então por isso que não foi muito a frente. Só que foi um programa de governo também nesse/na época major, hoje tenente coronel, ele era do governo. Então, caiu o governo, acabou o governo, aquela política toda foi mudada pra política atual do governo. É uma coisa interessante, mas por questão de vaidade né de político, **ACHO** que não (inint).

Para melhor entendimento da categorização da forma analisada, é necessária a manutenção de toda a resposta do informante, pois ele vai argumentando sobre suas opiniões de modo que não fique dúvida para as entrevistadoras.

Vale ressaltar como o informante lança mão de estratégia para preservar a sua face e como procura não construir afirmações diretas. Na verdade, essa é uma maneira de não valer-se de sua posição social, como já citado, um oficial da Polícia Militar, para que sua fala não seja tomada como uma afirmação a ser seguida, por isso ele sempre modaliza seu turno usando o verbo *achar* com o sentido de *pensar*, *considerar*, ao invés de afirmar categoricamente.

Um exemplo disso é a primeira ocorrência desse trecho, em que o falante interrompe uma construção para inserir a estrutura *eu acho que*, e reforça esta modalização fazendo uso de outro modalizador que é a forma verbal *seria*. Observamos que a frase seria: “*uma das coisas que seria preciso melhorá pro corredor de segurança permanecê (...)*”.

A segunda ocorrência, *acho que* seguida do advérbio *não*, responde à primeira pergunta que queria saber o ponto de vista do informante quanto à crítica de postos policiais para embelezar a cidade de Vitória. Após toda uma argumentação a respeito da eficiência que o serviço teria e também os problemas ocasionados pela postura dos policiais destacados para esse tipo de operação, bem como a postura do governo e do comando da corporação, o informante declara que os postos não seriam para embelezar a cidade e sim para cercar os bandidos, se a polícia agisse com eficácia. O verbo *achar* foi usado com o *pensar*.

Décimo segundo trecho

E2: Você citou também a questão do Vital. E o fato de você sê evangélico, da igreja, num atrapalha? Num coloca ponto nenhum que possa te impedir?

I: Não, porque, olha só, é a ques/é (sempre) profissional, né? É: é minha profissão, eu não/se eu não estivesse trabalhado, eu não estaria naquele lugar, entendeu? Eu istou ali cumprindo meu papel, o meu papel não é ficá veno o show da Ivete Sangalo, Babado Novo ou seja lá quem for. Minha função é istar vigiando pra que a ordem pública, apesar de sê um poco difícil tê ordem pública nesse tipo de (evento), mas que o meio da ordem pública seja preservado, né? Intão, minha função lá é essa. Eu prefiro i pra lá encarando essa situação. Mas não temo de me influenciá.(muito não).. a questão da igreja não, **ACHO** que não influencia, não.

Neste evento, há uma discussão sobre a vida pessoal do informante e o mesmo marca suas convicções religiosas com o verbo *achar* com o sentido de *considerar, pensar*. Além de imprimir sua subjetividade, passa-se para a intersubjetividade, na qual o falante se preocupa com o modo como a entrevistadora receberá essa informação, de modo a não deixar dúvidas sobre a questão, usando o advérbio de negação *não*, antecedendo o verbo *achar* e sucedendo-o mais duas vezes.

Décimo terceiro trecho

E1: A sua expectativa é de termina o curso quando?

I: No mínino no prazo máximo, **ACHO** que são dez anos. Se eu não fô jubilado.

Há, neste caso, o sentido de *supor*, ou seja, é possível que se faça em dez anos, caso a instituição de ensino não desligue o aluno. Observa-se que há aqui um limite muito tênue entre a suposição e dúvida o que caracteriza o uso mais gramaticalizado do termo.

Décimo quarto trecho

E1: Esse/porque você disse que você fez o cursinho, mas depois de dois anos que você foi fazê o vestibular [e passá.]

I: [Não.] Eu tô falando assim. Depois que em fiz o cursinho em dois mil, que eu passei no CFO. Depois de dois anos que eu passei no curso de direito, entendeu? Mas/não, foi eu **ACHO** que foi um prosseguimento normal da carreira istudantil. Pode tamb/pode não, deve tê sido também plano de Deus é lógico, mas assim eu tô querendo dizê assim que as orientações, o que que eu cunsigui né colocando né a confiança essa confiança em Deus.

Vê-se, novamente, um caso de modalização em que o informante interrompe a frase, insere a estrutura, repete o verbo *foi* utilizado anteriormente e prossegue com o enunciado. Notamos que, neste caso, o falante pode imprimir uma consideração, seu pensamento, funcionando o verbo com o sentido de *pensar, considerar*; ou uma dúvida acerca do que se fala, gerando assim uma ambiguidade na categorização.

Décimo quinto trecho

E2: No começo você disse que você ia mais agrada sua mãe, um tipo de obrigação. E hoje em dia tornou-se um costume você freqüenta a igreja?

I: Não. De forma nenhuma um costume. Na verdade eu não sei o que/se eu ficá em casa eu não sei o que que eu vou fazê. Seria como se já fizesse parte já da minha vida. Não é uma questão de costume. Mas é uma questão de/eu **ACHO** assim é um compromisso que a gente tem com Deus.

Neste último evento, também há a interrupção da fala para inserção do modalizador estrutural. Categorizamos o verbo com o sentido de *considerar*, pois, o falante utiliza o termo *assim* e não o *que* para dar seguimento à sequência na qual não aparece o

advérbio de negação, como em outros trechos. Houaiss (2001) afirma que “na continuação do discurso ou na transição do pensamento”, *assim* funciona como conjunção. Nota-se que a frase seria: “*é uma questão de um compromisso*”, todavia o falante marca sua subjetividade, deixa suas convicções novamente bem reforçadas, evitando dúvidas dos interlocutores, envolvendo-os no processo de intersubjetividade. O termo *assim* reforça preservação da face positiva do falante e da face negativa do ouvinte, uma vez que não há imposição tendo cada um a sua opinião. Temos, então, um caso de intersubjetividade.

Considerações sobre a célula

Vale frisar que no primeiro trecho e no décimo primeiro, não há uma oração completiva, mas o advérbio de negação: *não*, com o sentido de *pensar, considerar*. No décimo segundo trecho, embora apareça a forma verbal *influencia* toda a estrutura é cercada pelo mesmo advérbio de negação.

3.2 Célula 42 – Mulher entre 26-49 anos – com curso superior

A célula 42 consta de entrevistas com informantes do sexo feminino, com idade entre 26 e 49 anos de idade e com curso superior. Nessa célula, há um total de 11 ocorrências do verbo *achar* na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo. 10 das ocorrências aparecem com a presença do *que* formando a estrutura *acho que*, ora com ora sem o pronome pessoal. Nesta célula, encontramos algumas particularidades. A informante reproduz a fala de outras pessoas, por isso a estrutura *acho que* aparece como discurso direto em quatro ocorrências. Há também o uso da estrutura na fala da entrevistadora. Passemos, então, à análise de cada excerto.

Primeiro trecho:

I - E tão falando e tá falando com ela. Ela falo “cê num qué/ cê já fez seu seu seu consultório de acu/ acupuntura?” e ela falou “Ah, ainda não. A clínica médica não ta deixando tempo pra eu faze nada. Então eu num to podendo dedica à acupuntura, só à aqui mesmo. E eu já to indo embora, né, semana que vem já já num vou/ venho mais...”. Aí ele falou: “Pois é, cê num qué dá uma passadinha não de faze uns/ um tempo lá também não? Lá no consultório, gratuito?”. Naquele, né? Ela falou assim: “Ah eu **ACHO** que eu vou lá mesmo. Eu ...”. Que dizê, então a única esperança/ ah ele deu o cartão dele pra ela. Aí eu falei assim: / eu **ACHO** que ela fez um sinal pra ele de que eu conhecia a doutora chefe, né?, que é chefe deles, né? E num tem nada a ver, né? Aí eu eu/

ela fez alguma coisa pra ele, né? Que ele ficou assim meio inseguro de repente, né?, aí eu:: virei e falei assim: “Cê num vai me dá cartão também não?”. Aí ele ah me deu, né? Falei: “Oh, vocês fiquem tranquilo que o que foi conversado aqui vai ficá aqui. Eu num vou leva pra ela nem interesse nenhum. Nem pra ninguém, num interessa. Vai fica aqui, viu? Fique tranquilo, hein?.” Então, a única maneira pra eu sabe dela é através desse desse médico.
(...)

Neste primeiro trecho, aparece o primeiro discurso direto na primeira ocorrência. Embora não seja o foco da pesquisa trabalhar com a fala de terceiros, podemos constatar que o verbo foi utilizado denotando incerteza. Já na outra ocorrência deste trecho, a informante faz uma suposição. De acordo com a categorização que estamos propondo, a primeira ocorrência do verbo entra na categoria (D) e a outra na categoria (S).

Segundo trecho

E2 – É mas aí é (a alimentação, não né?)

I – Não não. Só de dor.

E2 – Uhu.

I – Só trata a dor. Aí o o médico ficou chateado assim tipo que a outra devia ensina, alguma coisa a/ com certeza, por que ele falou assim: “Lá no no nesse consultório que eu a/ que eu montei, é: eu num:: tsi/ a gente num trata só dor não, com/ como aqui, só dor não”, fez a crítica sabe?, “só dor não. A gente trata tudo: o que tá ocasionando, o porquê, não sei num sei o quê lá”. Eu **ACHO** que a outra fez sinal nessa hora. Aí eu falei: “Aí que ótimo.”. Qualquer dia eu vou bate lá, deixa eu fica mais fortinha. Bate lá pra ele me me vê, né?

Nota-se que há uma retomada do que já foi dito anteriormente, então o verbo volta a ser usado como uma suposição, inserindo-se na categoria (S).

Terceiro Trecho

I – Foi por que ela ela precisava mesmo assim assim interrompê toda hora a entrevista. E pronto e foi assim que aconteceu o negócio. Eu sei que ela é uma pessoa maravilhosa; eu sou grata a ela demais, por que ela me ajudou demais; depois ela quis fazê avaliação com psiquiatra pra sabê se ela/ por que ele/ ela levava, leva esse meu problema pra médicos de de São Paulo, especialistas, entendeu? É: então ela tem um grupo de chamado/ um gr/ um grupo de pessoas que, ou em São Paulo ou aqui em Vitória, se reúnem, num sei se é de 1 vez por mês, ou de 15 em 15 dias, ou toda semana, num sei muito bem. Não toda semana num é não, por que ela às vezes viaja quase toda semana pra dá aula fora. Às vezes é... eu **ACHO** que é 1 vez por mês ou de 15 e 15, num sei. Então, eles se encontram, entendeu? Então ela leva o meu problema. Então, os médicos estão assim com uma uma/ tipo de remédios que a pessoa, é assim: quando uma pessoa tem muitos anos que cê sente uma dor, muitos anos, então é: grava no no seu o na sua memória, a memória, grava no neurônio (...)

Neste caso, o próprio contexto nos ajuda a categorizar o verbo como uma dúvida. Antecedendo o verbo, a expressão *às vezes* e a forma verbal *é* parecem ser elementos que organizam o pensamento a fim de conduzir a argumentação de sua resposta adequadamente. Seguindo a estrutura analisada, há o uso da expressão *num sei*, que

reforça a dúvida do trecho. Além disso, há também a questão do tempo, separada pela conjunção alternativa *ou*, que indica essa incerteza da informante.

Quarto trecho

I – Não, e:: que esse mesmo médico/ Não os médico de fora é que traziam esses remédios pra eu toma. Quer dize, tava “ah lá em Salvador o pessoal tá se dando super bem com esse remédio, lá no São Paulo o pessoal tá dando super bem com esse remédio”, tava assim. “Vamo experimenta, Vera?” Eu falei: “Então vamo”, confiando nela perfeitamente, “Vão embora”. Aí fui bot/ co/ coisei. Comecei a toma. Aí falei assim/ comecei a emagrecer, fiquei feliz da vida. “Regina, to emagrecendo, to adorando!”. Bom aí passou. Passou um tempo, fui tomando tomando tomando; aí quando chegou:: é:: um belo dia aí, uns 2 meses passados, o médico achou por bem, o esse outro psiquiatra, amigo dela que tá trabalhando junto comigo, com ela é em relação a mim falou que achava que devia fazê uma experiência. Queria me dá um outro remédio, que eu tomasse um outro remédio, e deixasse aquele de lado. Aí eu fui e/ eliminando, né?, aí comecei com o do médico. Eu sou cabreira pra toma remédio, eu to to confiando nesses dois, mas eu num gosto. “Oh Vera, tenho 32 anos de experiência”, ele falou pa mim, “32 anos de experiência com ser humano. Então, eu *ACHO* que você vai precisa desse remédio. Vamo fazê uma experiência, eu *ACHO* que vai dá certo...”. Aí eu comecei a toma o remédio. “Só que quero que cê tome esse remédio. Aí de 3 em 3 meses tem que faz exame de sangue, pra vê se num num o sangue num tá sobrecarregado COM o remédio, entendeu? Se o rim num ta eliminando, por que o rim tá que eliminá. Por que dá uma retenção, se vai ficá um pouquinho inchadinha, que esse remédio dá uma retenção de líquido.” Eu falei: “Ta. Ta certo.”

O trecho traz as outras duas ocorrências de discurso direto. Deve-se considerar que a fala é de um médico, que provavelmente está acima dos 50 anos, pois ele já tem 32 anos de experiência na carreira.

A primeira ocorrência é antecedida pelo argumento do médico em receitar um remédio e informar à paciente todos os anos de experiência. Isso gera a confiança na paciente, pois ela mesma diz que está confiando nos medicamentos, mesmo sem gostar de fazer uso de qualquer um. Essa primeira ocorrência é um caso típico de preservação de face, em que o falante usa a estrutura *eu acho que* como um modalizador, mas denotando uma afirmação. Na verdade, ele quer convencer a paciente de sua necessidade por causa da enfermidade e não é incisivo em sua fala.

A segunda ocorrência, categorizamos no grupo (C), *considerar, pensar*, pois na sua opinião, levando em conta também a experiência, o uso da prescrição dará certo. Tem-se, então, um marcador de opinião.

Quinto trecho

E1 – Coletiva, como assim? Todas os pacientes...

I – Todas as pessoas junto, a assistente social, muito legal a assistente social, entendeu? Expliquei a ela minha situação. E:: depois fui passá pa/ por uma consulta numa médica. Meu Deus do Céu! As duas médicas que tem lá são gros-sei rís-si-mas. Não deve tê ninguém na vida, na vida delas, não tem mãe, eu **ACHO**, nunca tiveram, ninguém; porque gros-sei-rís-si-mas.

Nesse trecho, categorizamos o verbo com o sentido *pensar, considerar, inseri-se*, portanto, no grupo (C), pelo reforço do adjetivo atribuído às médicas antecedendo e sucedendo a estrutura. Neste caso, a informante não pode afirmar que as médicas eram “sozinhas na vida”, na verdade, ela parece querer expressar a falta de afeto no tratamento aos pacientes. O que confere esse sentido ao verbo é o comportamento que foi descrito pela informante. Vê-se a subjetividade passada pelo verbo, o que demonstra sua indignação pela forma com que foi recebida pelas profissionais da saúde.

Sexto trecho

E1 e E2 – ((risos)) Ai..

I – Mas eu olhei, num vi ninguém. Eu achava que eles tavam rindo de outra coisa lá pra dentro e coincidiu com a minha queda, porque num tinha homem nenhum. Eu falei assim “Eu **ACHO** que tavam lá (inint), eles tavam conversando, eu tava ouvindo falá ((imita um emaranhado de vozes)) cá cá cá cá, ou então foi quando me viu cair memo”.

Neste excerto, categorizamos o verbo como uma *suposição*, uma vez que a informante reproduz o contexto em que as pessoas que riam pareciam estar envolvidas. Mesmo ela oferecendo duas alternativas para a atitude das pessoas, isso não parece interferir na semântica do verbo que estamos analisando.

Sétimo trecho

I - De repente eu chego assim num num tipo um *hall* um senhor assim, todo arrumado, de terno preto, todo chique “Ah, a senhorita tá perdida aqui?”, eu falei “Tô. Tô procurando aqui um um cirurgião, um neurocirurgião, ou então um um neurolo/ um neurologista pra me dá uma uma orientação a respeito disso aqui, da/ desses exames que eu fiz agora”; aí ele falou assim: “Cê num achou ninguém não da UNIMED lá dentro lá, né?”, falei “Não, não tem ninguém lá no *stand* da UNIMED”; “Ah então eu vou te lavá no diretor do do Beneficência Portuguesa”. Aí me levou lá, aquele senhor de idade, né?, um jalecão até aqui no meio do meio das canela, aí a secretária da/ dele fica dentro da sala, aí me atendeu muito bem; “Olha aqui...” explicou pra ele, “Ah ah eu quero vê” tudo, olhou tudo, liu/ leu aquilo tudo, aí daqui a pouco um pediatra, mais de, **ACHO** que uns 90 anos assim, bem velhinho, assim/ com um negócio aqui também “Olha fulano, olha só”. Casa que nisso, vai que do meu lado cai as ressonância no no chão. Aí eu fiz assim pra apanhá, e ele “Não nãñãñãñã não faça isso, não faça isso”, aí o o de o:: 80 lá, o:: pediatra ia lá pra pégá, aí eu: “Ah não. se o senhor pegá, eu pego”((sorrindo))

Neste trecho, a informante supõe a idade do médico através de sua aparência física, que é descrita no texto. Como ela não pode precisar a idade do profissional, ela passa a supô-la a fim de que o ouvinte entenda que o médico já tinha uma certa idade. Nota-se

novamente que a subjetividade é um instrumento de que a informante faz uso. Além disso, temos o processo da intersubjetividade em que o falante preocupa-se com o modo como o ouvinte recebe a informação.

Oitavo trecho

I – (inint) Vendo/ ouvindo isso na televisão ontem. É:: “Será que ocê não tá andando com com ninguém que tava com carga/ de carma pesado, não?”, falando pra ((risos)) uma fotógrafa, Clodovil fanado pra uma fotógrafa; ela sa/ “Ah, **ACHO** que sim”. “Não, que às vezes a gente anda gente que tem carma pesado, sobra pra gente”. Aí eu “Ah:: sabe lá se foi isso que aconteceu comigo, quando tava cai/ que eu cai”, né? Tava envolvida com::...

Na ocorrência acima, a informante parece reproduzir uma entrevista que viu na TV. Há o discurso direto do entrevistador da TV demonstrado pela informante. Neste contexto, parece que estamos diante de uma dúvida, e o verbo usado tem o valor de *talvez*, embora o trecho não tenha um bom encadeamento de ideias. Este parece ser, então, um caso de gramaticalização, em que a estrutura sairia completamente do léxico e passaria a funcionar como um elemento bem gramatical, que é o advérbio.

Nono trecho

E2 – É verdade. A gente fica fazendo aqueles movimento lá, **ACHO** que é pra...
I – Não isso aí já é:: já é pra uma (acumulação) de força, eli/ eliminação de de energia concentrada.

A fala da entrevistadora além de ter sido interrompida, não oferece material precedente que possa ajudar na categorização. Sendo assim, essa ocorrência foi inserida no grupo (S/C), sem categorização.

3.3 Célula 43 – Homem com + 50 anos – com curso superior

A célula 43 consta de entrevistas com informantes do sexo masculino, com idade superior a 50 anos e com curso superior. Nessa célula, há um total de 25 ocorrências de uso da estrutura envolvendo o verbo *achar*, das quais 22 estão na fala do informante e 3 na fala das entrevistadoras. 23 ocorrências aparecem com a estrutura *eu acho que*, 2 ocorrências são formadas por *eu acho* seguidas do termo *assim*. Desta forma, há uma marca forte da pessoa do discurso.

Primeiro trecho

E 1 — e você... sabe assim... o que que ele poderia fazer pra melhorar::... o::
I — por que... por exemplo isso aí você pelo/ pelos/ pelos conSUMos né... o Nordeste por exemplo... um consumo altíssimo de farinha... o que significa a

farinha... nada... (ela) não tem absolutamente... então tem que ter/ ter alguma coisa balanceada onde você tenha... é proteínas sais minerais et cetera... frutas verduras legumes et cetera... (inint) mesmo nós... né? o pessoal que já tem... um poder aquisitivo um pouquinho melhor::... a comida é horrível né?... tanto que você vê que:: isso é verdade que:: problema cardíaco é uma das coisa que mata mais né... taxa de colesterol lá em cima por causa de que?... falta de exercício... por causa de alimentação inadequada... então realmente nossa... alimentação É muito inadequada
 E 2 — mas por que que:: tem a::?
 I — eu **ACHO** que é cultural

Mostrou-se necessária a inserção do contexto anterior a esta pergunta para que o evento fosse mais bem analisado, até porque a pergunta isolada não esclarece a intenção da resposta do informante. Categorizamos essa ocorrência com o sentido de *pensar*, *considerar*. É muito claro o uso tanto da subjetividade como da intersubjetividade, nesse contexto, e o desejo de não parecer impositivo na sua opinião.

Segundo trecho

E 2 — é::... mudando um pouco de assunto... pra não esgotar muito... sobre culTura... eu **ACHO** que a gente já até te perguntou isso mas é bom/ importante... falar mais um pouquinho... quais são os programas de televisão que você mais GOSTa e por quê?
 I — é não eu::... aí eu te respondi de duas maneiras... tem/ tem a televisão como/ como como culTura... tem a televisão que eu entendo como lazer... (a gente) vê mais só pra distrair... né?...

Neste caso, o verbo tem o valor de *supor* e corresponde a um resgate da conversa anterior mantida com o informante.

Terceiro trecho

E 2 — é?
 I — é... televisão matou o cinema né?... se bem que existem/ existem FILmes... que eles ficam sem graça na televisão né?... né... você pegar um... Guerra nas Estrelas por exemplo... um:: é::... Dois Mil e Um Uma Odisséia no Espaço... (uma televisão pequeninha) assim não tem graça né?... você vê naquele telÃO... e isso não é só... não é só pra::... quando a gente tá assistindo não... quando a gente tá particiPANDO também é a mesma coisa... eu fiz uma palestra aqui no audiTÓrio do Sesc... o sistema de projeção dele projeta sua/ sua palestra pela aula... com uma tela de cinema... então não dava pra apontar com a canetinha pelo tamanho da imagem...um negócio... sem/ SENSacional... todo o mundo gostou eu eu **ACHO** que eles gostaram mais da projeção do que da palestra em si... porque a gente vê MUIto melhor né?... então existem filmes que a gente... um filmezinho policial:: um negócio assim que você vê BEM na televisão e tal né?... agora quando chega num... num filme assim (inint) e tal né?
 E 1 — parece que no cinema você entra mais na história
 I — é... no cinema a gente entra muito mais... é muito melhor... agora... pô cara tem... uma série de/ de fatores que são soma::dos na hora que você vai fazer essa escolha né?... inseguran::ça... às vezes desconfor::to de você não ter lugar pra você ir::... né?... chega lá... “ah não tem lugar”... o lugar que você chega tá num lugar ruim::... quer assistir filme em casa não... um DVD você coloca assim:: pá... roda pra lá volta né?... é beleza... escolhe e LÍNgua né?... você tira tudo deixa só falando inglês:: você tentar::... entenDER... tem que ter uma série

de coisas... BOas né?... então tem que fazer uma ponderação das boas e das más... eu **ACHO** que o cinema tá perdendo

Agrupamos as duas ocorrências por tratar do mesmo assunto e na verdade oferecer o encadeamento das respostas. A primeira ocorrência foi categorizada como uma *suposição*. Pode-se observar que o informante argumenta sobre o valor do cinema e como as telas grandes são utilizadas em outros eventos e ainda podem impressionar uma plateia.

No segundo caso, a argumentação conduz o uso do verbo para a categoria de *afirmar*, o falante sustenta seu parecer apresentando as vantagens do uso de um aparelho DVD. Nota-se, neste último caso, que o que realmente se quer falar é o que está na oração completiva, mesmo assim, há o uso da modalização para suavizar sua opinião.

Quarto trecho

E 1 — [uma diferença!

I — (inint) eu **ACHO** que uma das coisas... é:... por que que a gente vive... qual o objetivo da gente (prolongar) a vida da gente

Embora esse trecho pareça com uma pergunta indireta, o verbo *achar* funciona como *pensar*, pois se trata das indagações do falante em relação à vida.

Quinto trecho

E 2 — será que você não mudaria se você tivesse a eternidade toda?

I — eu **ACHO** que não... eu **ACHO** que não... porque... porque:... é... você não desenvolve a vida inteira... você tem um período de desenvolvimento depois você pára... não é?... e os outros continuam desenvolver... entendeu?... o teMANho dos meni/ do pessoal HOje em relação ao pessoal antigo... lá em casa eu sou o menor...todo o mundo cresceu à beça e tal... então a pessoa vê (ficou) todo o mundo grandão você pequenininho... ((risos)) eu aceito mudanças que::

Como em outras células, percebe-se que neste trecho os verbos usados seguidamente têm o valor de *considerar*, *pensar*. Observamos que a presença do advérbio de negação *não*, no entorno da estrutura, parece recorrente. Neste trecho, particularmente, além do advérbio há a repetição do bloco: *eu acho que não*. A fim de não parecer impositivo, o informante usa a estrutura como um modalizador, preservando sua face positiva e também a da entrevistadora.

Sexto trecho

E 2 — mas... e se tivesse reCURsos assim na:... na medicina [pra prolongar a juventude e tal... você acha que TEM probabilidade disso assim

I — [não... eu **ACHO** assim... eu **ACHO** assim... eu **ACHO** que são coisas/ são coisas diferente... não! eu **ACHO** que voCÊ... você é:... você vê que... tem uma (procura) à beça... com quarenta anos mas a idade é sessenta e CINco...

sobrou vinte e cinco anos em cinqüenta... nos últimos cinqüenta anos você vivia vinte e cinco anos de vida... então chegar... vinte e cinco anos de vida com/ com condição boa de locomoçã::o... [de raciocínio]

Na fala do informante da célula 40, o termo *assim* foi utilizado como uma conjunção, que, de acordo com Houaiss (2001), é usada como continuação do discurso ou na transição do pensamento. Nas duas primeiras ocorrências deste trecho, em que também há o uso dessa conjunção, categorizamos o verbo no grupo de *pensar*, *considerar* e observamos que o falante deseja organizar o seu pensamento antes de constituir a resposta. As outras duas ocorrências também foram categorizadas no grupo (C), assegurando o mesmo valor das estruturas anteriores.

Sétimo trecho

E 2 — melhorar né? a qualidade

E 1 — (inint)

I — não é?... eu **ACHO** que TEM que ser estudado... tem muita coisa ética aí você/ você vai geRAR alguém aí pra depois tirar a célula dele pra fazer isso... ou você pode tirar de alGUÉM que existe... é o problema todo é esse... o problema todo é esse

Neste trecho, o verbo tem o valor de *pensar*. O assunto em questão tem por tendência gerar polêmica, por isso a estrutura é utilizada para preservar a face do falante que não quer colocar-se efetivamente diante da questão. Observa-se que a oração que completa a estrutura em análise reforça a preservação de face.

Oitavo trecho

E 2 — [o FIM desses/ desses males?

I — [porque a gente tem/ tem memória... muito CUR::ta... tuberculose... não existia UM (senso político)... quando é que ela foi abordada?... (inint) entendeu?... então... não vamo/ não vamos dizer que os meios são os mesmos tá?... claro que a gente tem MUIta coisa um avanço eNORme... mas muita coisa é proPÍcio de você mudar... então eu **ACHO** que vai/ vai (inint)... então vamos fazer mudar... uma vaCÍna... mas nã::o deMOra... a gente fica impaciente às vezes porque as coisas tão::... não é?... acontece que tá demoRANDo... já tem vinte Anos não é?... a AIDS tem vinte e cinco anos não é?... e não tá::... não tão conseguindo dominar::

Martelotta e Silva (1996) afirmam que a função do termo *então* “não é simplesmente relacionar sintaticamente as orações, mas, principalmente, dar uma orientação argumentativa ao enunciado” (p. 221). Tomando a classificação de Martelotta e Silva (1996), antecedendo a estrutura *eu acho que*, o termo tem valor sequencial, orientando a argumentação do informante. Sucedendo a estrutura, há um trecho que ficou ininteligível na transcrição do *corpus*, o que prejudica a categorização do verbo, pois constatamos que o entorno é fundamental para a análise. Por haver o uso do orientador

argumentativo *então*, consideramos que o informante introduziria um pensamento, e assim categorizamos o verbo como *pensar*.

Nono trecho

E 2 — sério?

I — tenho... mas sabe por quê?... porque... no dia que a minha vó morreu não tinha onde enterrar... e aí... (inint) entendeu? então eu falei “alguém tem que comprar deixa lá”... tanto que tem... eu **ACHO** que uns quinze dezesseis anos sei lá... não quer dizer que eu tou comprando agora que eu vou morrer... é um BEM de família... é um da:: a família... entendeu?... se alguém precisar usar... usa... não tem/ nenhum problema...

O evento deste trecho configura uma *dúvida*. A estrutura foi inserida em uma frase que já denota incerteza do tempo em que foi adquirido o terreno para sepultamento, denotando a imprecisão dos anos.

Décimo trecho

E 2 — mas você acha que é por que que você tem essa saúde tão boa assim você sempre se preveniu::... tomou cuidados... ou era uma pessoa [normal?

I — [nã::o nunca fui (muito certo) eu não sei... não sei eu **ACHO** que é igual a eletrodoméstico às vezes você compra um funciona... compra outro dá defeito não é?... mas lá em casa... não/ não Tive nenNHUM proBLEma de família... problema de você ir pro hospiTAL fazer cirurGIa... não sei o que... meu pai era (bronco) meu pai era velho morreu com oitenta e tantos anos... ele dizia ainda “eu gasTEI”... então não tem doença nenhuma eu gastei entoa::... tou falando... mas assim de pessoa doente de::... de proBLEma de Filho... uma SORte daNAda... nenhum nenhum nenhum... agora aí que tá o (caso)... vai acontecer... ((risos))

Houve a necessidade de explicar à entrevistadora o que gerou a boa saúde do informante. Ele usa a oração *não sei* duas vezes, logo após insere seu pensamento a respeito do que lhe foi perguntado. Desta forma, o valor de *achar* equivale a *pensar*, *considerar*.

Décimo primeiro trecho

E 2 — o que que você faria então professor pra melhorar isso?

I — eu **ACHO** que a gente tem que começar com o pré-primário

O verbo *achar* tem valor de *pensar*, *considerar*.

Décimo segundo trecho

E 1 — é verdade

I — entendeu?... isso que vai sendo vital durante um certo tempo... vai fazendo parte da sua cultura (inint)... lá você pegava aqueles::... cinco S né?... um deles é você descartar tudo que você não precisa... você joga fora... pra desocupar espaço et cetera e tal... então eu/ eu... eu penso dessa maneira eu **ACHO** que...nós temos que criar HÁbitos... não é?... então aí você vê a imporTÂncia do professor... muito mais do professor primário do que nós...

O verbo *achar*, neste excerto, também equivale a *pensar*. Nota-se que ainda há uma frase anterior que confirma essa categorização. Quando ele diz “*eu penso dessa maneira eu acho que...*”, o verbo analisado funciona exatamente como um sinônimo, evitando a repetição no texto falado.

Décimo terceiro trecho

E 2 — será que é por causa dos salários baixos que eles fazem isso?
I — eu **ACHO** que é tambÉM... eu **ACHO** que é também... porque eu já vi pessoas muito mais simples que não... abria mão de/ de uma forma respeitosa de vestir:: de tudo
E 1 — e quais seriam/ seriam os outros motivos então? [além do salário?
I — [esse/ esse é o principal... eu **ACHO** que o professor é:: fundamental... você não pode transmitir aquilo que você não sabe... não é?... e você... se você tiv/ se você transmitir com/ com a/ com a/ formação SÓlida... você (inint)... nós temos um professor aqui na engenhaRla... mamãe diz que ele é como criança... tem (nego) não imPORta dele tar reprovado na disciplina dele... todo o mundo adora o cara

Os verbos descrevem as considerações do falante a respeito da questão incluindo as ocorrências no grupo (C), *considerar*. Vale ressaltar que o complemento da frase do entrevistado está na fala da entrevistadora. O terceiro evento é categorizado no mesmo grupo.

Décimo quarto trecho

I — ele tem que saber... ele tem que ser MUIto gente... tem que ser muito gente tem que ser pessoa... tem que ser um cidadã::o... tem que ser educa::do tem que ser corte::z... tem que ter conhecimento né?... eu **ACHO** que tem que [ser (inint)

O que contribuiu para essa categorização foi a repetição do verbo *ter*, na forma *tem*. Verificamos que, embora novamente haja um trecho que ficou ininteligível na transcrição, essa ocorrência também parece equivaler a *pensar*. Já que os elementos anteriores contribuem para isso.

Décimo quinto trecho

I — vocês não aprenderam a ler... eu **ACHO** que o curso de vocês devia ser MUIto mais puxado (do que é)... porque tem uma menina... ela/ ela é minha vizinha... ela lia três livros por semana... fez Direito... foi a promotora mais nova do estado de Minas Gerais... ela lê... porque você precisa/ precisa mandar o aluno ler... você entendeu?... então se você tá falando sobre:: história anti::ga... sobre os humani::stas... você tem que pegar o livro e ler

Como a maioria das ocorrências desta célula, este também é um caso em que o verbo está sendo usado com o sentido de *pensar*.

Décimo sexto trecho

E 2 — e lá por exemplo “ah professor é muita coisa eu tenho que trabalhar ainda depois do almoço não tenho tem::po... então eu *ACHO* que o professor fica se direcionando muito pra esse tipo de aluno

A entrevistadora evidencia sua opinião e fazendo o uso do verbo *achar*, ela atribui o valor de *considerar, pensar*.

Décimo sétimo trecho

E 2 — eu *ACHO* que isso falta investiMENto também tipo assim se muito/ investir mais em BOLSas pros/ pros alunos [(inint)
I — [é... tem alguém... eu/ eu não sei:: não/ não/ não/ não é minha área (inint)... eu sei que eu SEMpre (inint) ninguém estudou... ninguém estudou... na VÉSpéra da PROva (nego) perdeu alguma COIsa... tanto que eu/ que eu/ eu/ eu... TENto superar isso... fazendo estudo dirigido... pega e faz estudo na cla::sse... faz exercícios na cla::sse... eu dou um assunto às vezes... né que o pessoal tá todo o mundo (inint) minhoca né?... igual vou dar esse assunto... na hora que eu terminar vou dar uma prova sobre ele... aí dou um assunto termino (distribuo) pra todo o mundo... quando existe uma coisa MUIto importante pra gente pegar... dá com:: com bastante atenção... termino o problema... a:: dos horas de aula... quando chega na/ uma hora e vin::te mais ou menos... eu distribuo pra todo o mundo... aí eles vão lá e fazem os exercício... enTÃO é uma forma de obrigar o camarada estudar... eu repito as coisas muitas vezes... que também é uma maneira de você fixar... mas com TRÊS segundo isso não dá pra fazer isso... eu *ACHO* que (a gente) tem que dar um trabalho MUIto grande

Nas duas ocorrências desse trecho, o verbo funciona como *pensar* e é um marcador de opinião tanto da entrevistadora, quanto do informante.

Considerações sobre a célula

Das 25 ocorrências, 19 são pertencentes ao grupo (C), cujos verbos têm o valor de *considerar, pensar*. Observamos que eles funcionam como marcadores de opinião dos falantes. É explícita, então, a subjetividade nesses tipos de evento, uma vez que a expressividade está centrada na perspectiva do falante. Há três casos de afirmação, que também consideramos como marcador de opinião.

Dois casos foram categorizados como *supor* e apenas um com o sentido de *talvez*. Esses três eventos são, por nós, considerados como marcadores de dúvida.

3.4 Célula 46 – Mulher com +50 anos – com curso superior

A célula 46 consta de entrevistas com informantes do sexo feminino, com idade superior a 50 anos e com curso superior. Nessa célula, há um total de 30 ocorrências nesta célula, dentre elas: 21 aparecem com o *que* mesmo sem uma completa; 8

ocorrências da forma *acho* apareceram sem o *que* e sem o pronome pessoal; há 1 ocorrência em que o verbo aparece seguido do termo *assim*. Há três ocorrências em que a forma analisada encontra-se na fala da entrevistadora.

Primeiro trecho

E1 – Ah, que legal ou então quando reuni a família, qual é o prato principal ((risos)) assim?

I – Aí não, tem sempre a gente faz diferente, não tem sempre um...

E – Não refletiu *ACHO* que muito essa questão da cultura né.

I – Não porque muitos anos.

E1 – Que geralmente a cultura italiana, sempre dá aquela coisa de massa molho, né.

I – É, Ext. – é

A entrevistadora faz a inserção da estrutura entre o verbo principal da oração e seu complemento. Pode-se observar que há a demonstração de incerteza neste caso, tendo o verbo o valor semântico de *supor*. É importante frisar que nesta ocorrência o complemento não é do verbo *achar* e sim do verbo *refletir*. Isso legitima a classificação do bloco como um marcador de dúvida, indiciando o início da trajetória de gramaticalização.

Segundo trecho

E1 – E a namorada dele mora lá com ele?

I – Mora lá, se eu pudesse ele moraria aqui, eu *ACHO* que, o ano que vem ele vai casar.

A informante também insere a estrutura no meio da frase, novamente tendo o verbo o valor de *supor*. Nota-se que a expressão poderia ser suprimida, dando o caráter de certeza ao enunciado. Porém, para marcar a dúvida, faz-se o uso da estrutura.

Terceiro trecho

E1 – Um bom salário.

I – A/a namorada dele formou um ano antes dele, aqui (ele) fazia mestrado fez prova e passou pra fazer mestrado em Campinas, foi pra lá ficou três dias voltou não quis mais, e nisso já tinha três colegas de faculdade dela que já tava trabalhando em Brasília, e chamaram pra ela i pra lá e ela foi... depois que/que meu filho formou, ele foi ele mais uns *ACHO* que quatro colegas ou cinco colegas e é assim, chega lá num dia e no outro dia tão trabalhando, tão é bem mais fácil aqui em Vitoria, a gente vê tanta gente aí que procura emprego e faz concurso, e tem esse negócio de concurso só pra/prá contratação temporária, que QUASE agora que só/que da um ano de contrato e vence aquele tem que fazer tudo novo e lá não ele já tá na mesma empresa.

Como já foi observado em outras células, o uso de *acho que* em contextos que denotam dúvida, a estrutura tem o valor de um advérbio, como *talvez*. Alguns desses contextos

apresentam cláusulas com a conjunção alternativa *ou*, que demonstra a incerteza do falante. Na parte que sucede a expressão, há elementos separados pela conjunção alternativa *ou*, o que reforça essa categorização.

Quarto trecho

E2 – E ele continua morando no mesmo lugar?

I – Não/ele mudou, eles moravam num apartamento, mais só tinha três quartos, tá pequeno porque eles estavam em seis e aí... não tava em sete aí eles mudaram pró um apartamento de quatro quartos e agora eles estão só em cinco, que um casou foi embora, outro já foi morar/*ACHO* pra Minas trabalhar lá.

Ao relatar o destino de um rapaz, a informante não soube precisar ao certo seu paradeiro. Por isso, o verbo *achar* tem o sentido de *talvez*, indiciando uma dúvida. Observa-se que neste caso ele aparece sem o pronome e sem o *que*, dando-lhe uma força adverbial ainda maior.

Quinto trecho

E2 – E você acha que o casamento entre primos assim, entre parentes...tem muitos pontos negativos?...Quais?

I – Não, eu não *ACHO* não. Eu tenho na minha família assim, na família do meu marido, muitos casados primos com primo, eu tenho primos, tenho outros primos do meu marido que são casados com primos muitos, agora só tem um caso que, eu/nasci que nasceram as crianças/as meninhas elas não falam. Elas são mudinhas, duas meninhas, são lindas elas. Mas os outros não tem problema não assim... problema nenhum não.

É recorrente, nas células em análise, a ocorrência do verbo *achar* em cujo entorno há o reforço do advérbio de negação *não*, dando ao verbo o valor de *pensar*, *considerar*. Nesta ocorrência, podemos observar que entre o pronome e o verbo também foi inserido um advérbio.

Sexto trecho

E2 – Mas, então, o que você acha, que esta acontecendo assim, nos casamentos de hoje em dia, porque a senhora vai fazer vinte nove anos de casada, mas o casamentos de hoje em dia as vezes não duram muito, nem um ano.... o que a senhora acha disso?

I – Eu *ACHO* que/que o maior problema é porque o casal quase não se encontra, trabalhava muito, com muita correria um vai pró um lado e outro vai pró outro, quando chega em casa já é tarde da noite já CANSADO não tem tempo pra conversar, não tem tempo pra sair junto, não tem tempo pra nada juntos... né, porque cada dia que passa a situação tá mais difícil mesmo, não tem jeito.

Para expressar suas opiniões, a informante usa o verbo *achar* com o sentido de *pensar*, *considerar*, como ocorre neste caso. Essa modalização indica a preservação de face do falante, que parece não querer expor suas ideias com frases declarativas afirmativas.

Sétimo trecho

E2 – CÊ acha que isso, leva as pessoas se separarem?

I – É... e também sei lá tem muitos casais que, também que casa por casar né. E e depois a/o marido vai pró lugar com os amigos, a mulher vai pró/pró outro com as amigas, eu **ACHO** que isso, aí, não dá certo não.

O verbo *achar*, neste trecho, também denota *pensar*, *considerar*. Observa-se que a ocorrência do anafórico *isso*, após a estrutura, remete à argumentação da informante e colabora com a validação do valor semântico do verbo.

Oitavo trecho

E1 – Você acha que assim, que quando os pais não vivem bem, é melhor pró filhos que os pais se separarem de uma vez?

I – Se separem é melhor, se separa, se não vive bem, porque eu **ACHO** que os filhos devem sofrer muito, pai e mãe morando junto só brigando, aquela confusão todo tempo, é pior pró filhos que se vivesse logo separado.

Nota-se que nesta ocorrência o verbo conduz uma argumentação, introduzindo a explicação de sua fala anterior. Neste caso, *achar* equivale a *pensar*, *considerar*. Expressando novamente a individualidade, a subjetividade do falante e o desejo de ser polido.

Nono trecho

E1 – Liberalismo, né.

I – Algumas pessoas né, que não tem a cabeça feita, que deixa se levar por qualquer coisa, eu **ACHO** que até assim, porque na televisão passa muita coisa coisa ruim muita/muita, a cada dia que passa tá pior, a gente eu assisto televisão, gosto de assistir um bom filme né, eu gosto de assisti tem/programas, que eu gosto de assistir Criança Inocente, gosto de assistir aquele programa do Netinho na Record ((risos)),

Novamente há um condutor de argumentação, da mesma forma em que aparece no oitavo trecho, tendo assim a mesma classificação, isto é, *pensar*, *considerar*.

Décimo trecho

E2 – Cê acha então, que tem uma idade certa assim pra pessoa se casar, pra ter um relacionamento?

I – Eu **ACHO** que, depois de uma moça pra se casar antes de vinte anos não deve, que é muita nova ainda, não tem muita responsabilidade, não tem a cabeça bem formada ainda, tem menina que com dezesseis anos, até que tem, mas outros que com dezenove anos, não tem nada na cabeça, então, vai casar não vai da certo não, é rapaz também, eu **ACHO** que um rapaz tem casar depois de vinte seis, vinte oito anos.

As duas ocorrências têm o mesmo valor semântico, como a maioria dos eventos dessa célula, que é *pensar, considerar*. Tanto um como outro inserem os pensamentos, as ideias da informante quanto ao assunto e encaminham sua argumentação.

Décimo primeiro trecho

E1 – Você falou a respeito da Internet, é que você acha quais as desvantagens dessa/da Internet?

I – Vantagens tem muitas né, que muita coisa que da pra aprender, muita coisa boa na Internet, inclusive estudar, fazer pesquisa, essas coisas, agora tem muita coisa também ruim né. Esse negócio, essas meninas boba, marca pela Internet e vão lá, chega lá é fria, eu **ACHO** que noventa por cento as vezes não dar certo, esse negócio de encontro ser pela Internet, e tem também diz que tem sexo também pela Internet, então eu **ACHO** que muita coisa ruim tem também.

E1 - Mas é coisa a favor.

I –Eu **ACHO** que sim, mas a favor.

As três ocorrências equivalem a *pensar* e expressam a subjetividade do falante, isto é, estão centradas na perspectiva do falante.

Décimo segundo trecho

E2 – Eu **ACHO** assim, numa casa que tem muitas pessoas eu **ACHO**, que você sempre acaba se identificando mais com uma, a senhora tem esse tipo de relacionamento aqui/que/aqui de repente, (nunca mais faz mais amizade com um) com um filho você conversa mais?

I – Não, com filhos não, é tudo igual. Agora quando eu era solteira sim, minha casa era muita gente né, muitos irmãos, sempre tem um irmão assim, que a gente se da melhor, uma irmã né, que a gente se da melhor, sempre tem um que é piorzinho, perturbador, briguento ((risos)), que a gente se/não se da bem com aquele, mas sempre tem um que a gente se da melhor.

A primeira ocorrência é marcada pela sucessão do termo *assim*, que é um iniciador de discurso. Esta e a outra ocorrência do trecho pertencem ao grupo (C).

Décimo terceiro trecho

E1 – Me conta uma viagem assim, que te marcou muito que você mais gostou, que você fez com seu pai?

I – Que eu mais gostei quando eu fui pra Fortaleza com meu pai e a minha tia já te falei **ACHO** pra você, nos fomos pra São Paulo de Vitória pra São Paulo e lá compramos uma Camionete e fomo embora lá pra lá pra Fortaleza.

Neste caso, há uma dúvida, e o verbo tem o valor adverbial de *talvez*, índice de um grau avançado de gramaticalização.

Décimo quarto trecho

E1 – É medo.

I – É, não vou fazer, fazer medicina não, **ACHO** que é porque demorava mais ((risos)).

E1 – E a/senhora conhece alguém assim, que já foi curado?

I – Não, na minha família tem um rapaz, um sobrinho do meu marido, quando ele tava **ACHO** com uns dezessete, dezoito anos, pareceu uma doença nele, aí, os médicos falaram, que era um câncer, que era um câncer muito grande, tumor

grande ,entre os dois pulmões, mais que eles iam abrir pra operar, aí abriram, falaram que não podiam fazer nada, porque não tinha mais jeito, que não ia ter jeito não, tava né pra tentar tirar, porque tava já muito alastrado, aí, deixaram, aí, começou todo mundo a orar muito todas as igrejas a/a família muito grande, muita gente e um de uma igreja, outro de outra, pediram as orações em todas as igrejas, ele precisou fazer muita radioterapia, fez quimioterapia, fez radioterapia e ele ficou com, mais falaram que ele não, que nunca nem podia ter filho, porque ele tomou muita radiação, ele ficou bom, sarou depois ele/de alguns anos ele casou, hoje ele mora nos Estados Unidos, teve um filhos que coisa linda, eu falo só um filho muito sadio, muito bonito ,**ACHO** que tem uns sete anos e ele já tem uns quarenta quatro anos, **ACHO** quarenta três anos aí.

A primeira ocorrência do trecho equivale a *supor*. A segunda é um caso de marcador de dúvida, também, com valor adverbial, *talvez*. É importante ressaltar que nestes casos há, na continuação do enunciado, sempre alternativas, tal como aparece na idade a que a falante se refere. Na terceira ocorrência, há outro caso que tem valor de *supor*. A última ocorrência equivale a *talvez*.

Décimo quinto trecho

E1 – Colesterol alto, **ACHO** que tem dieta?

I – Tem que fazer uma dieta, muita coisa que a gente não pode comer, mas.

A construção “colesterol alto” complementa a palavra dieta, que prototipicamente deveria estar no final da frase. Assim, a estrutura em análise estaria no início do enunciado, introduzindo o pensamento da entrevistadora. Neste evento, embora tenha descolado a construção citada, o verbo tem valor de *pensar, considerar*.

Décimo sexto trecho

E1 – E a senhora acha, que tem resolvido o problema?

I – Eu **ACHO** que resolve né, que vem tanta fumaça, fumaça forte, se não espanta os mosquitos.

O verbo equivale a *pensar*, marcando a expressividade, a subjetividade da informante e o constante desejo de preservar sua face.

Décimo sétimo trecho

E1 – Mas você acha que faz mal para saúde?

I – Não, **ACHO** que não, nunca te hoje, ninguém sentiu nada aqui não, meu filho é meio alérgico esse, aí ((fungado)) alérgico assim se ele vai mexer no guarda roupa pra arrumar as coisas dele, ele espira o resto do dia, mais do fumace ele não tem sentido nada não.

Vê-se novamente que o entorno do verbo é marcado pela presença do advérbio de negação *não*, o valor semântico do verbo é *considerar, pensar*.

Décimo oitavo trecho

E1 – E quando fala em hospital qual, a primeira coisa que vem na sua cabeça?

I – Hospital chega lá e fica lá nos corredores ((risos)), que a gente vê direto né, na televisão o pessoal diz que, morreu esses dias morreu, **ACHO** que foi em Belo Horizonte uma senhora, eles percorreram todos, até particular, todos os hospitais, e não tinha vaga na UTI, pra colocar a mulher e ela morreu.

A incerteza da informante dá ao verbo o valor de *supor*.

Décimo nono trecho

E1 – O SMS, é você esta satisfeita, e a mensalidade?

I – Tô, até agora eu não tenho nada a reclamar, tudo que, eu precisei até hoje, não em vista, de alguns planos que eu vejo aí, eu tenho um irmã que, ela paga a Unimed, e o meu pai também é Unimed, do meu pai é R\$ 500,00 reais que, paga da Unimed por mês, a minha, ela e o marido também da R\$ 500,00 reais eu pago R\$ 192,00 reais e direito a tudo, meu marido ano passado, em junho ele sofreu um acidente lá na roça, ele tava trabalhando no/no motor serra e ele, foi ajudar o irmão dele, nem era pra ele o irmão/lá eles, tem o cacau né, então, o cacau tem que secar na estufa, então, a estufa é uma casa grandona assim, que um assoalho, onde fica o cacau secando embaixo coloco fogo, pra esquentar, pra secar e ,aí, o empregado mexe aquilo, lá dois dias, duas noites, pra secar, então, tem que ter muita lenha, e o meu cunhado tava com o cacau dele pra secar e não tinha lenha, ele falou que ia cortar lenha ((latidos)) ,aí, meu marido falou, lá vou te ajudar, Ah você tá velho já, meu cunhado sessenta nove anos, vou te ajudar, aí, foi ajudar a corta lenha, lá ele tropeçou num galho tá/e, caiu o moto serra dele, aqui no joelho dele, e deu um corte bem grande (aqui assim se pendurou assim), ai, fomos pra Linhares, mas atendeu pelo SMS, tudo certinho lá hospital Rio Doce, **ACHO**, aí, fizeram limpeza, fizeram sutura tudo certinho, levou dezoito pontos assim, e não viemos embora, não voltamos pra roça, a gente tava e lá, fica mais dois dias lá, ficamos lá, não podia fazer nada, meu cunhado fez uma amuletas doidas lá, pra ele andar pelo mesmo da cama, pra mesa pro banheiro, aí, viemos embora daqui há uns três dias, começou a inchar, inchar ficou vermelho, da gente que não tinha mais o que esticar ali, e vermelho, aí, eu falei temos que ir no médico, não, mas é porque é assim mesmo, que não sei o que, não temos que ir no médico. Aí, meu filho de Brasília chegou, aí, ele falou assim, não foi não medico, tá com essa perna desse jeito ,aí, eu falei, não que ir ele falou que é assim mesmo, não nos vamos no médico agora, aí, no sábado de manhã fomos no Hosper, aí, perto da terceira ponte, o médico falou, não vai sair, vai ficar internado, nisso ele ficou cinco dias internando.

Nota-se que, no meio da narrativa, há uma dúvida quanto ao nome do hospital, por isso a informante usa o verbo *achar* com valor adverbial.

Vigésimo trecho

E1 – E/a senhora acha Vitória uma cidade limpa?

I – **ACHO**.

Este trecho expressa uma particularidade desta célula. A resposta da informante caracteriza uma certeza, mesmo o verbo tendo caráter afirmativo, pode-se dizer que o verbo *achar* equivale ao advérbio *sim*. Não foi encontrado nem um outro evento em que isso ocorresse.

Vigésimo primeiro trecho

E1 - Quais os animais que tem lá, a senhora lembra?

I - Tem pato, tem galo, tem muitos, tem cisne, tem pavão, **ACHO** que até um macaco tem lá.

E1 - Você acha que eles tem sido bem cuidado?

I - Eu **ACHO**, sempre eu vejo muito comida lá pra eles, quando eu vou lá sempre, tem muita comida.

O primeiro evento deste trecho tem valor de *supor*. Já no segundo, o verbo equivale a *afirmar*. Pode-se observar que não há uma completiva neste evento, o que assegura essa categorização.

Vigésimo segundo trecho

E1 – Seria assim com a própria formação do organismo: que há digamos assim, que um organismo não é muito forte, então, não vou ter?

I – Você sabe que tem assim, família por exemplo, o pai e a mãe tem a dentição muito boa, forte, os dentes dos filhos a tendência é ter também, isso é porque assim, da dieta mesmo, as vezes deles, e costume que coloca nos filhos né, e os dentes mesmo são bom, e tem família, que todo mundo tem dente fraco, **ACHO** que por causa de da gestação, não toma cálcio, a mulher não se cuida, não se alimenta bem, então, aí, tudo dente ruim, ela já tem o dente, por causa disso e os filhos todos vão ter dente ruim.

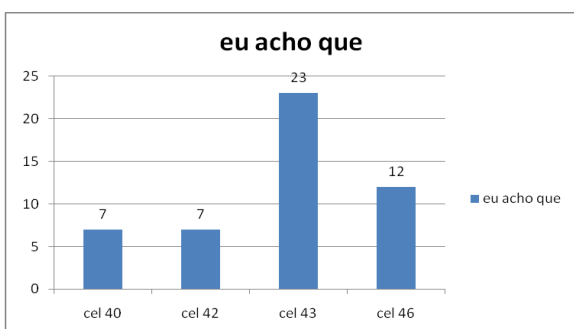
Ao introduzir uma espécie de justificativa à sua explanação, a informante faz uso do verbo com valor de *considerar*, *pensar*.

Considerações sobre a célula

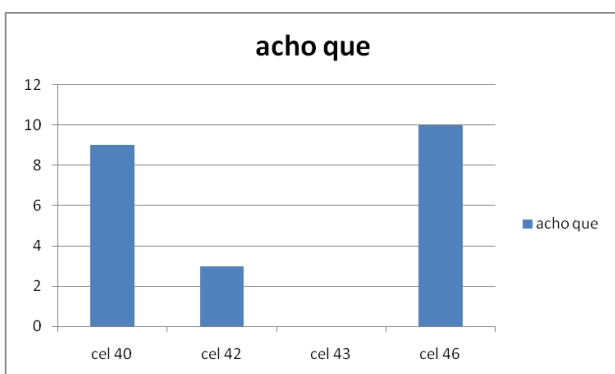
A informante faz usos bem diversos do verbo, o que requer uma observação ainda mais criteriosa. Vemos que há 14 casos em que o verbo se comportou como uma expressão do pensamento, equivalendo a *pensar*, *considerar*, isto é, comprova a subjetividade da falante e a perspectiva centrada na sua expressividade, o que colabora com o processo de gramaticalização do verbo. Além disso, 12 ocorrências equivalem a *supor* ou ao advérbio *talvez*, indiciando o processo de gramaticalização num *continuum*.

3.5 Constatações das análises

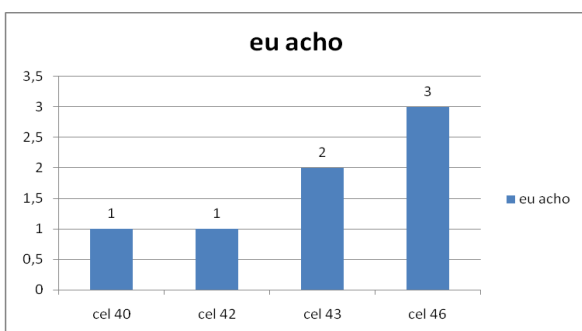
Analizamos um total de 84 ocorrências, que concatenamos abaixo:



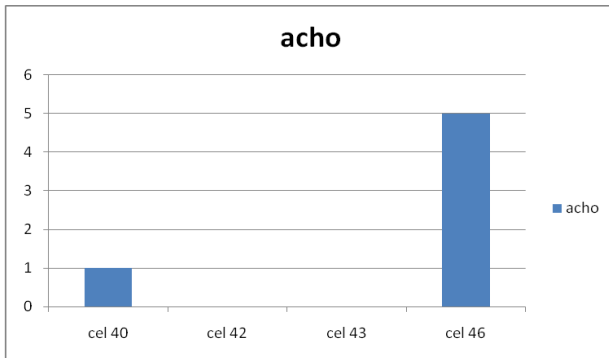
Constatamos que 49 ocorrências aparecem com o pronome de 1º pessoa do singular e a conjunção *que*, compondo um percentual de 58,34% dos eventos. Observa-se uma marca do brasileiro que frequentemente faz uso do pronome.



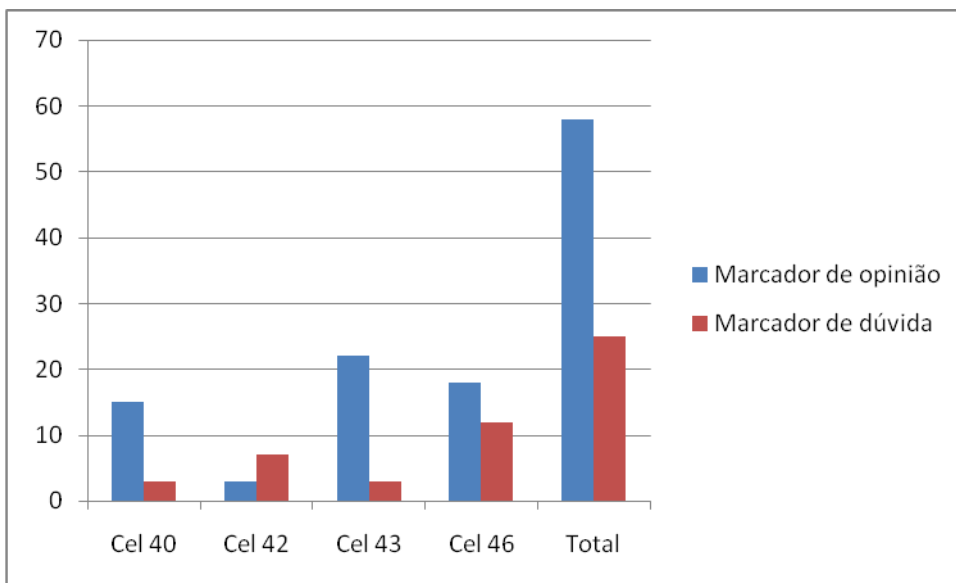
22 eventos foram compostos pela forma *acho* com a conjunção *que*, ou seja, um total de 26,19%.



Em 7 ocorrências, não apareceu a conjunção *que*, o que corresponde a 8,34%.



O verbo *achar* aparece sem o pronome e a conjunção em apenas 6 ocorrências, isto é, 7,14% dos eventos.



58 eventos foram categorizados como marcadores de opinião, correspondendo a 69,05% das ocorrências. 25 eventos foram categorizados como marcadores de dúvida, num total de 29,76%. Apenas um evento ficou sem categorização representando 1,19%.

Vemos, assim, que no PORTVIX predomina o uso do verbo *achar* como marcador de opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gonçalves (2006), seguindo as orientações de Bybee (2006), assegura que a construção com seus itens lexicais particulares torna-se gramaticalizada. Foi verificado um total de 84 ocorrências da forma *acho* nas quatro células, dentre elas 71, ou seja, 84,53% apareceram com o *que*. Podemos observar que esse número indicia a gramaticalização do verbo e também da conjunção integrante, constituindo um único bloco. A respeito das questões levantadas sobre o *que*, podemos assegurar que: (I) por fazer parte de um elemento único na estrutura, ele não se refere a um termo anterior no texto; (II) a inserção de item praticamente não apareceu, como foi demonstrado por Cunha e Cintra (2007).

É importante ressaltar que houve dessemantização, como assegura Heine (2006), ou seja, perda do conteúdo prototípico, mesmo quando o verbo *achar* não aparece com o pronome pessoal ou com a conjunção *que*.

A estrutura aparece na condução da argumentação, tornando-se mais fixa, como prevê Duarte (2004) e as orações subordinadas são passíveis a propiciar o desencadeamento dos processos de gramaticalização, conforme Gonçalves (2006). Notamos que em muitos eventos a estrutura aparece no início da cláusula.

Hopper e Traugott (1993) também asseguram que a construção junto com a palavra se gramatiza, o que se pode ver nas células analisadas do PORTVIX. Uma vez que o maior número de ocorrências aparece com o pronome pessoal *eu* e a conjunção *que*, e sem seguida com o verbo e a conjunção *que* indiciando a gramaticalização da estrutura.

É importante ressaltar que em nossas análises pudemos separar as categorias semânticas do verbo *achar* em dois grupos de marcadores. Quando tem valor de *afirmar, considerar ou pensar* em que se têm os *marcadores de opinião*. Já quando equivale ao verbo *supor* ou aos advérbios *talvez, provavelmente*, temos os *marcadores de dúvida*. Por se tratar de um *continuum*, o limite entre uma categorização e outra é muito tênue, por isso essa divisão em grupo de marcadores corresponderá melhor ao processo de gramaticalização.

Nas análises empreendidas nas células do PORTVIX, vimos que não acontece a inserção de item, que assegura a gramaticalização da estrutura, como por exemplo, “*Eu ACHO que resolve né, que vem tanta fumaça, fumaça forte, se não espanta os mosquitos*”(Célula 46). Freitag (2003) verificou que a inserção do item aponta para uma estrutura menos gramaticalizada.

Verificou-se que o verbo pode ser seguido do termo *assim*, todavia esse elemento não teve um uso muito expressivo, pois aparece em menos de 5% do total de ocorrências.

Um outro aspecto interessante que foi observado é o uso do advérbio de negação *não* em contextos que o falante pretendia enfatizar sua resposta e marcar sua opinião.

Concordamos com Casseb-Galvão (2000) quando diz que o comportamento do verbo quanto à gramaticalização reflete as atitudes e opiniões dos falantes, já que constatamos que o verbo é empregado tanto como marcador de opinião quanto como marcador de dúvida dentro de cada valor semântico utilizado.

Outro fator de grande relevância aponta para o que foi dito por Heine (2006), que para haver gramaticalização não é necessário que um item A desapareça. Vemos que há ambiguidade do verbo *achar* e, mesmo assim, ele parece estar no *continuum* da gramaticalização. Nas células analisadas, a forma *acho* não foi utilizada no sentido prototípico. Parece-nos que isso ocorre porque é um contexto de entrevistas e o que coopera com isso é a utilização por preservação de face, pois a forma é usada como opinião, por exemplo.

De acordo com Bybee (1994, *apud* Gonçalves *et al* 2007), o verbo *achar* no PORTVIX estaria no estágio medial de gramaticalização, correspondendo à generalização em que há perda de traços específicos de significado, com conseqüente expansão de contextos apropriados para o uso. Isso é um reforço do que foi dito por Halliday para quem a gramaticalização é um processo.

Outro aspecto que colaborou para a multifuncionalidade do verbo foi o desejo de não ameaçar a face dos participantes do processo comunicativo. Vimos que na maioria dos casos no PORTVIX ocorre a subjetividade, ou seja, a expressividade está centrada na

perspectiva do falante. Mas ocorre também a intersubjetividade quando os interlocutores negociam o sentido e, através da polidez, desejam preservar a face do falante e não ameaçar a face do outro.

O estudo com o PORTVIX colaborou para a verificação de fenômenos recorrentes no português do Brasil e que são de grande relevância para o funcionalismo. Espera-se, desta forma, contribuir para os estudos linguísticos que envolvem o uso efetivo da língua e suas regularidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, Jussara. **A Unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança por gramaticalização**. Belo Horizonte: Revista Scripta, 2006. v. 9 n. 8 p. 130-148.
- ABREU, Antônio Suárez. **Gramática mínima: para o domínio da língua padrão**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. Trad. Maria da Glória Novak e Luzia Néri. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness**. Some Universals in language usage. Cambridge Univer. Press: 1987.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in gramaticization: the role of frequency. In: Joseph, Brian & Janda, Richards (eds.) **A handbook of historial linguistics**. Australia: Blackwell Publishing, 2006.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização**. Belo Horizonte: Revista Scripta, 2000. v. 4 p. 44-59.
- CASTILHO, Ataliba T. **A gramaticalização**. Estudos lingüísticos e literários. N. 19. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 25, 64.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DUARTE, Inês. Subordinação completiva – as orações completivas. IN: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* **Gramática de Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p. 595-613.
- DUBOIS, Jean. (*et al.*) **Dicionário de Lingüística**. Trad. Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- FARIA, Isabel Hub. Modalidade e actos de fala. In.: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* **Gramática de Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p. 70-81.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA LOBO, Lilia. **Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento**. v. 9. n. 2. Maringá: Revista Psicologia em estudo, 2004. p. 195-205.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática 2007.

FREITAG, Raquel Meister. **Gramaticalização e variação de *acho (que)* e *parece (que)* na fala de Florianópolis**. Dissertação de mestrado. 2003.

_____. **O papel da frequência de uso na gramaticalização de *acho (que)* e *parece (que)* marcadores de dúvida na fala de Florianópolis**. Juiz de Fora: Veredas, 2003. v. 7 p. 113-132.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Polidez e preservação de face na fala de universitários. IN: PRETTI, Dino. (org.) **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 323-353.

GOFFMAN, Erving. A Elaboração da face. IN: FIGUEIRA, Sérgio Augusto. (org.) **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e modalidade: um estudo de caso no português do Brasil**. Tese de doutorado. 2003.

_____. **Gramaticalização e dessentencialização de construções com predicados de atitude proposicional**. Niterói: Revista Gragoatá, 2006. p. 147-166

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. IN: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.) **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.

HALLIDAY, M.A.K **An introduction to functional grammar**. Third Edition. USA: Oxford University Press Inc, 2004.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D. JANDA, Richard D. **The handbook of historical linguistics**. Australia: Blackwell Publishing, 2006.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **The genesis of grammar: a reconstruction**. New York: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, Paul e TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. v. 1.0 Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KERBRAT-ORECHIONNI, Catherine. **Os atos de linguagem no discurso**. Niterói: EdUFF, 2005. p. 87-94.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. SOUZA e SILVA, Maria Cecília Pérez de. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEPSCHY, Giulio C. **A linguística estrutural**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. [et alli] O paradigma da gramaticalização. IN.: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. **Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

_____. (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Unidirecionalidade na gramaticalização**. 2008b. (mimeo)

MIRA MATEUS, Maria Helena. (et al) **Gramática de língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Fátima. Modalidade. In: MIRA MATEUS, Maria Helena. (et al) **Gramática de língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p 245 – 254.

OLIVEIRA, M. R. A gramaticalização na repetição. IN.: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. **Gramaticalização do**

português do Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. IN: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs) **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. Vol 3. São Paulo: Cortez, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RORTY, Richard. GHIRALDELLI JR. Paulo. **Ensaio pragmatistas**: sobre subjetividade e verdade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 36-47.

SILVA, José Pereira (orgs.) **Gramaticalização e estudos de gramática**. Cadernos do CNLF, Ano VI, nº 8. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2003.

TAVARES, Roseanne Rocha. **A negociação da imagem na pragmática**: por uma visão sociointeracionista da linguagem. Maceió: EDUFAL, 2007.

TRASK, R. L. **Dicionário de lingüística e linguagem**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. **Gramaticalização**: uma abordagem formal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

VOTRE, Sebastião Josué, CESÁRIO, Maria Maura, MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.